



Índice de Desempenho da Justiça

IDJus₂₀₁₃ e

Estudo comparado sobre a evolução do

Judiciário

2010 - 2013

Relatório de Pesquisa

Pesquisadores:

Ana Carolina Aires Cerqueira Prata

Guilherme Viana Ferreira

Jeovan Assis Silva

Neide De Sordi

Brasília, dezembro de 2014



Índice de Desempenho da Justiça

IDJus_{2013 e}

Estudo comparado sobre a evolução do
Judiciário
2010 - 2013

Relatório de Pesquisa

Pesquisadores:

Ana Carolina Aires Cerqueira Prata

Guilherme Viana Ferreira

Jeovan Assis Silva

Neide De Sordi

Brasília, dezembro de 2014

Sumário

1. Apresentação	6
1.1 Sobre as fontes primárias do IDJus.....	8
2. Metodologia	12
2.1 Escopo da Pesquisa e fontes de dados.....	12
2.2 Etapas e técnicas de construção do IDJus	13
2.3 Mudanças metodológicas	19
2.4 Limitações do IDJus	20
3. Resultados gerais	22
3.1 IDJus ₂₀₁₃ Brasil	22
3.2 Resultado IDJus ₂₀₁₃ Justiça Estadual	24
3.3 Resultado IDJus ₂₀₁₃ Justiça Federal	28
3.4 Resultado IDJus ₂₀₁₃ Justiça do Trabalho	30
4. Comparações - IDJus 2010 a IDJus 2013	35
5. Apêndice Estatístico.....	49
5.1 Cálculo do IDJus ₂₀₁₃ por Tribunal	50
5.1.2 Justiça Estadual	51
5.1.3 Justiça Federal	79
5.1.4 Justiça do Trabalho	85
6. Glossário	110
6.1 INDICADORES DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA.....	110
6.1.1 Despesas	110
6.1.2 Receitas	112
6.2 INDICADORES DE GESTÃO DE RECURSOS	114
6.2.1 Recursos Humanos.....	114
6.2.2 Tecnologia.....	120
6.3 INDICADORES DE GESTÃO DE PROCESSOS.....	123
6.3.1 Litigiosidade	123



6.3.2 Produtividade.....	126
7. Bibliografia.....	128

Lista de tabelas

Tabela 1 – Descrição das dimensões e temas	15
Tabela 2 – Descrição dos temas e indicadores.....	15
Tabela 3 - Polaridade dos indicadores	17
Tabela 4 – Peso e contribuição dos indicadores	18
Tabela 5 – Peso e contribuição dos temas	19
Tabela 6 – Peso e contribuição das dimensões.....	19
Tabela 7 – IDJus ₂₀₁₃ Brasil: resultado dos indicadores	23
Tabela 8 – IDJus ₂₀₁₃ Brasil: resultados das dimensões, temas e do IDJus.....	23
Tabela 9 – IDJus ₂₀₁₃ Justiça Estadual: resultado dos indicadores.....	25
Tabela 10 – IDJus ₂₀₁₃ Justiça Estadual: resultado das dimensões, temas e do IDJus	26
Tabela 11 – IDJus ₂₀₁₃ Justiça Estadual: classificação dos Tribunais	27
Tabela 12 – IDJus ₂₀₁₃ Justiça Federal: resultado dos indicadores	29
Tabela 13 – IDJus ₂₀₁₃ Justiça Federal: resultado das dimensões, temas e do IDJus ..	30
Tabela 14 – IDJus ₂₀₁₃ Justiça Federal: classificação dos Tribunais.....	30
Tabela 15 – IDJus ₂₀₁₃ Justiça do Trabalho: resultado dos indicadores.....	32
Tabela 16 – IDJus ₂₀₁₃ Justiça do Trabalho: resultado das dimensões, temas e do IDJus	33
Tabela 17 – IDJus ₂₀₁₃ Justiça do Trabalho: classificação dos Tribunais.....	34
Tabela 18 – IDJus Brasil: Evolução 2010 a 2013.....	38
Tabela 19 - IDJus Brasil: Evolução dos indicadores, 2010 a 2013	39
Tabela 20 – IDJus Justiça Estadual: Evolução 2010 a 2013	42
Tabela 21 – IDJus Justiça Estadual: Evolução dos indicadores, 2010 a 2013.....	42
Tabela 22 – IDJus Justiça Federal: Evolução 2010 a 2013	45
Tabela 23 – IDJus Justiça Federal: Evolução dos indicadores, 2010 a 2013.....	45
Tabela 24 – IDJus Justiça do Trabalho: Evolução 2010 a 2013.....	48
Tabela 25 – IDJus Justiça do Trabalho: Evolução dos indicadores, 2010 a 2013	48

1. Apresentação

O Índice de Desempenho da Justiça – IDJus é uma contribuição acadêmica do Centro de Pesquisas sobre o Sistema de Justiça Brasileiro (CPJus) do Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP), desenvolvido para medir o grau de desempenho da Justiça, visando contribuir para o desenvolvimento das instituições Judiciárias.

O IDJus fortalece o diálogo entre academia, instituições judiciárias, operadores do Direito e sociedade, de modo a estimular novos pontos de vista sobre os problemas e disfunções que afetam o Judiciário e a prestação jurisdicional.

O IDJus pretende, ainda, fomentar a cultura da mensuração e acompanhamento dos indicadores nos tribunais, vistos como instrumentos essenciais à gestão judiciária, bem como identificar padrões de desempenho com vistas a transformá-los em orientações para a implementação de mudanças gerenciais e à formulação de políticas judiciárias.

Publicado desde 2012, o IDJus é elaborado a partir da extração de dados das bases de dados *Justiça em Números* e o *Relatório de Portes dos Tribunais em Tecnologia da Informação e Comunicação*, ambos do Conselho Nacional de Justiça. Os dados estatísticos disponíveis nesses instrumentos são dados oficiais, fornecidos diretamente pelos tribunais.

Nesta quarta edição são apresentados os dados relativos ao IDJus 2013 e a análise comparativa da série histórica relativa aos anos de 2010, 2011, 2012 e 2013. A análise da série histórica sobre o desempenho da Justiça é um estudo inédito que permite o conhecimento de tendências e uma visão integral não proporcionada por nenhum dos outros instrumentos de mensuração dos vários aspectos de funcionamento da Justiça atualmente desenvolvidos.

O IDJus propicia o conhecimento global do desempenho das instituições das Justiças Estadual, Federal e do Trabalho. Também informa os índices parciais das dimensões em que está estruturado: gestão orçamentária, gestão de recursos (humanos e tecnológicos) e gestão de processos, e, ainda, dos seis temas que integram essas dimensões: Despesas, Receitas, Recursos Humanos, Tecnologia, Litigiosidade e Produtividade. Assim sendo, é possível, por exemplo, saber se um determinado tribunal precisa melhorar a sua produtividade ou a gestão dos seus recursos humanos.

Os resultados apresentados pelo IDJus podem ser utilizados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Conselho da Justiça Federal (CJF) e Conselho Nacional da Justiça do Trabalho (CNJT) na formulação de políticas e estratégias para o Judiciário nacional. Podem também os tribunais se apropriar dos resultados para a criação de projetos dentro dos seus processos de planejamento estratégico, de forma a melhorar as deficiências apontadas. Esse é o propósito do IDP no desenvolvimento do IDJus.

O Planejamento estratégico deve partir de um diagnóstico situacional, e o IDJus fornece as informações básicas para a realização desse diagnóstico. Proteger e melhorar os ganhos de produtividade e desempenho significa gerenciar riscos e prever, no planejamento estratégico, todas as situações que podem comprometer o desempenho institucional.

Além da elaboração de projetos para a melhoria das deficiências apontadas, o conhecimento detalhado do desempenho de cada tribunal em nível das dimensões e temas pode facilitar o monitoramento dos ganhos obtidos nesse processo de implantação de políticas públicas que tem promovido o desenvolvimento do Judiciário desde a criação do CNJ.

O IDJus é um índice sintético que utiliza a metodologia internacionalmente adotada na construção desses instrumentos, a exemplo do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), Índice de Desempenho do Sistema Único de Saúde (IDSUS), Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS), dentre outros.

Um índice sintético é um índice único, fácil de interpretar, composto pela conjunção de diversos indicadores e variáveis, utilizados para sumarizar questões multidimensionais, para apoiar tomadores de decisão. No caso do IDJus, esses indicadores foram selecionados entre as mais de 200 variáveis por ramo de Justiça disponíveis no Justiça em Números.

Um indicador constitui um dado, produto da composição de variáveis de informação sobre o funcionamento de um fenômeno e reflete uma situação em que é possível medir e comparar, como, por exemplo, a comparação entre situações legais ou desejadas e o que ocorre na realidade.

O IDJus representa uma contribuição à transparência e à *accountability* do Judiciário. *Accountability* é o processo em que um órgão público presta contas a outro ou à sociedade e está diretamente relacionado com o fortalecimento das instituições democráticas.

Segundo Abrucio e Loureiro (2004), a transparência das ações governamentais é um requisito fundamental do processo de *accountability*, pois

sem informações confiáveis, relevantes e oportunas, não há possibilidade de os atores políticos e sociais ativarem os mecanismos de responsabilização. (ABRUCIO; LOUREIRO, op. cit., p. 9).

O IDJus representa uma contribuição ativa do IDP, como parte da sociedade civil, na ampliação do acesso e do entendimento das informações para o benefício da democracia e o desenvolvimento das instituições judiciárias.

1.1 Sobre as fontes primárias do IDJus

1.1.1. O Justiça em Números

Historicamente, o Judiciário brasileiro sofre de um conjunto de problemas estruturais que tem minado a eficácia institucional e precisa ser superado para que as suas instituições possam prestar serviços eficientes.

Para tanto, estatísticas e indicadores são ferramentas de monitoramento e avaliação de desempenho que reúnem informações estratégicas para o bom exercício das funções gerenciais e possibilitam corrigir problemas e prevenir condutas que prejudicam o cumprimento dos objetivos institucionais e dos serviços aos cidadãos.

A falta de uma instituição que estabelecesse políticas judiciárias e tivesse atribuição para atuar na coordenação do Poder Judiciário fez com que estatísticas e indicadores judiciários fossem tratados como uma questão de interesse quase que exclusivo das corregedorias, sobretudo na Justiça Estadual.

As estatísticas de âmbito nacional tiveram início em 2004, com a publicação do Relatório Justiça em Números, pelo Supremo Tribunal Federal sob a presidência do ministro Nelson Jobim.

A existência de indicadores e de sistema de estatísticas para acompanhamento e avaliação do desempenho do Judiciário foi uma das primeiras necessidades sentidas pelo Conselho Nacional de Justiça para o cumprimento das suas atribuições. O primeiro instrumento de coleta de dados foi elaborado com base em sistema estatístico criado pelo *Centro de Estudios de Justicia de las Américas* (CEJA), organismo internacional, com sede no Chile, criado em 1999 pelos países membros da Organização dos Estados Americanos.

Com a instauração do Conselho Nacional de Justiça em 2005, os relatórios do Justiça em Números passaram a ser publicados pelo seu Departamento de Pesquisas Judiciárias.

A Resolução nº 4, de 2005, do CNJ, criou o sistema de estatísticas do Poder Judiciário, a ser supervisionado pela Comissão de Estatística do Conselho Nacional de Justiça.

No entanto, para a coleta, avaliação e comparação de dados estatísticos, tornava-se necessária a padronização desses dados. Quando um rito processual poderia ser considerado um tipo de processo? Como identificar a necessidade de especialização de varas se as tipologias em que se classificam os processos eram diferentes em cada tribunal, em cada vara?

As poucas experiências na coleta de indicadores no Judiciário estavam restritas ao Tribunal Superior do Trabalho e ao Conselho da Justiça Federal (CJF). Assim, para contar as mesmas atividades da mesma forma, o CNJ utilizou a experiência de padronização das tabelas processuais unificadas de classe, assunto e movimentação processual da Justiça Federal, aprovadas pelas Resoluções nºs 317, 342 e 371, todas de 2003, do Conselho da Justiça Federal.

Para realizar a padronização dessas tabelas no Judiciário nacional, o CNJ constituiu um grupo de trabalho, cujos resultados foram aprovados pela Resolução nº 46, de 2007.

Em 2009, o CNJ promoveu um grande melhoramento no sistema de estatísticas, com a aprovação da Resolução nº 76, que dispôs sobre os princípios do Sistema Nacional de Estatística do Poder Judiciário (SIESPJ), estabeleceu seus indicadores, fixou prazos e determinou penalidades para o descumprimento das suas determinações.

Desde então, a apresentação dos dados tem sido aprimorada com infográficos, interatividade, com o selo Justiça em Números para o aprimoramento da coleta de dados, mas não foram incluídos novos indicadores, embora previstos na Resolução, como, por exemplo, o artigo 16, que autoriza a futura solicitação de dados relativos aos processos por classes e assuntos das Tabelas Processuais Unificadas. Também os dados dos diversos sistemas do CNJ que solicitam informações aos tribunais ainda não foram incorporados ao SIESPJ.

Dezenas de sistemas priorizando políticas judiciárias específicas foram criados pelo CNJ, como, por exemplo, o Banco Nacional de Mandados de Prisão (BNMP); o Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade; o Sistema Nacional de Bens Apreendidos (SNBA); Questionários de Crime de Lavagem de Dinheiro e Crimes de Corrupção e Ações de Improbidade Administrativa e o Sistema do Mutirão Carcerário.

Da mesma forma, as Metas Nacionais do Poder Judiciário, inicialmente metas de nivelamento e, posteriormente, metas prioritárias, congregam informações que poderiam ser agregadas ao SIESPJ. Essas metas foram definidas pela primeira vez no 2º Encontro Nacional do Judiciário, em Belo Horizonte, em 2009. Ao final do Encontro, os tribunais brasileiros traçaram 10 metas de nivelamento para o Judiciário no ano de 2009. O grande destaque foi a Meta 2, que determinou aos tribunais que identificassem e julgassem os processos judiciais mais antigos, distribuídos aos magistrados até 31.12.2005. Esse sistema de metas teve continuidade e, a cada ano, novas metas são criadas. Em 2010, para o cumprimento da Meta 2, por exemplo, deveriam ser julgados todos os processos distribuídos até 31.12.2006, e assim sucessivamente.

O Justiça em Números tem se constituído em importante fonte de divulgação de dados referentes à Justiça Federal, à Justiça Estadual e à Justiça do Trabalho e, mais recentemente, das Justiças Eleitoral e Militar. No entanto, é preciso evoluir e, para tanto, apresentam-se algumas sugestões:

- Auditar, por amostragem, os dados fornecidos pelos Tribunais. A inconsistência desses dados pode comprometer a qualidade do JN e de todos os produtos derivados. Embora o Selo Justiça em Números tenha sido criado para aprimorar a coleta de dados, até que todos os dados processuais sejam extraídos, pelo CNJ, automaticamente dos sistemas de processo eletrônico, é desejável que seja realizada essa auditoria, que poderá ocorrer em conjunto com as inspeções da Corregedoria Nacional de Justiça.
- Incluir a coleta de informações processuais por classes, assuntos e temas de movimentação processual, com base nas respectivas tabelas.
- Integrar os sistemas que coletam dados do CNJ, de forma que não haja a possibilidade de coletar dados já disponíveis na instituição. Assim, se estará dando a essas informações maior usabilidade e diminuindo o ônus sobre os magistrados e instituições da Justiça.

1.1.2. Questionário sobre os Portes dos Tribunais e de Governança de TI

Desde a sua criação, o CNJ tem investido maciçamente na informatização da Justiça. Até janeiro de 2012 já havia investido R\$ 92 milhões em tecnologia da informação para modernizar os tribunais brasileiros, tendo doado mais de 58 mil equipamentos. (MINISTRA. 2013).

Para estabelecer critérios objetivos para a doação de equipamentos, aprimorar a política de segurança da informação, a infraestrutura e a governança de TI, bem como o desenvolvimento de sistemas nas instituições da Justiça, o CNJ aprovou a Resolução nº 90, de 2009, que dispõe sobre os requisitos de nivelamento de tecnologia da informação no âmbito do Poder Judiciário. A pesquisa de porte dos tribunais é um dos instrumentos para dar efetividade à mencionada Resolução.

Para diagnosticar a situação de toda a rede informatizada do Poder Judiciário, apresentar sugestões para a uniformização e padronização desse sistema, foi instituído o Comitê Nacional de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário, pela Portaria CNJ nº 222 de 2010 e reconstituído pela Portaria CNJ nº 047 de 2014.

O Comitê visa ainda estabelecer diretrizes para segurança da informação, bem como ações de nivelamento de TIC no que se refere à infraestrutura e à capacitação em disciplinas voltadas para melhoria da Governança de TIC nos tribunais. O Questionário sobre os Portes dos Tribunais e de Governança de TI é desenvolvido pelo Comitê para o conhecimento da maturidade dos Tribunais em Tecnologia da Informação.

2. Metodologia

As principais questões metodológicas relacionadas aos indicadores elaborados no contexto deste estudo, e construídas através de metodologia semelhante à utilizada na construção do IDH, são apresentadas neste capítulo.

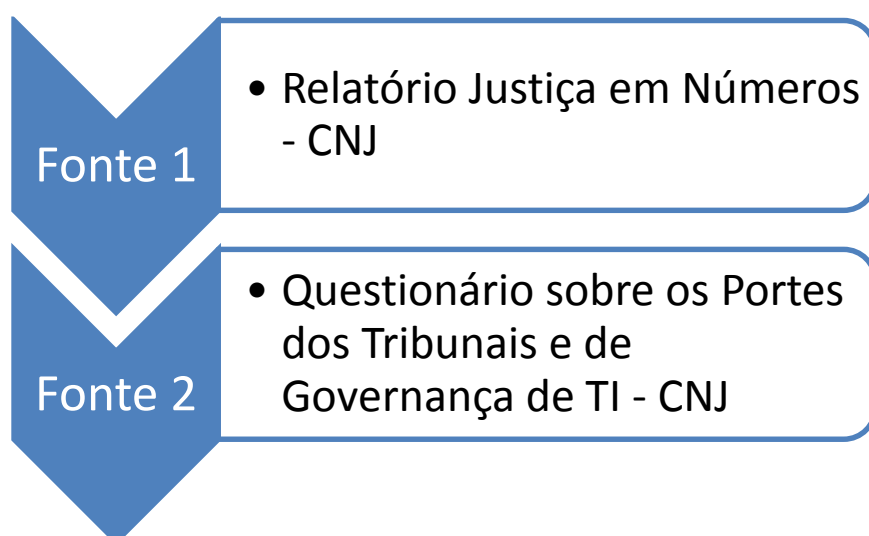
O IDJus é um indicador sintético que procura medir o grau de desenvolvimento da Justiça, possibilitando a mensuração das diferenças de produtividade e desempenho existentes entre os segmentos do Poder Judiciário.

Índices sintéticos podem ser aplicados a diferentes escalas e níveis de organização. Além disso, gestores querem um número limitado de indicadores, num formato sob medida para a tomada de decisões. Para eles, um macro índice pode ser mais fácil de usar, uma vez que resume informações em apenas um ou alguns números (Jollands, 2006).

Nesta quarta edição do IDJus, os resultados serão utilizados para a comparação do desempenho de cada segmento da Justiça ao longo do quadrimestre (2010 – 2013).

2.1 Escopo da Pesquisa e fontes de dados

O sistema de indicadores do IDJus foi criado a partir dos dados oficiais publicados pelo Conselho Nacional de Justiça conforme descrito na figura abaixo.



O Relatório Justiça em Números, regulamentado pela Resolução nº 76/2009 do CNJ e publicado anualmente pelo Conselho Nacional de Justiça, apresenta

informações na forma de dados estatísticos e indicadores para as seguintes categorias: receitas, despesas, estrutura, carga de trabalho, taxa de congestionamento, recorribilidade e reforma de decisões, dentre outras. Nesse caso, a composição dos indicadores do IDJus foi elaborada, em sua maioria, a partir de informações estatísticas e não de indicadores preexistentes no relatório.

O Questionário sobre Portes dos Tribunais e de Governança de Tecnologia da Informação, instituído pela Resolução N° 90/2009 do CNJ, prevê critérios de nivelamento mínimo em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) do Poder Judiciário. Dentre os temas avaliados estão: governança de TI; infraestrutura; equipamentos; segurança da informação; pessoal de TIC; aplicativos; capacitação; comunicação de dados; processo eletrônico e telefonia. Os resultados finais do questionário foram incorporados ao tema tecnologia do IDJus.

Na quarta edição do IDJus todas as informações estatísticas são referentes ao ano base 2013. Vale destacar, entretanto, que as variáveis do Justiça em Números foram extraídas do banco de dados do Sistema de Estatísticas do Poder Judiciário (SIESPJ), disponível para consulta pública no sítio eletrônico do CNJ. A liberação dos dados foi uma iniciativa do CNJ em atendimento à Lei n. 12.527/2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação, regulamentada pelo CNJ por meio da Portaria n° 216/2012. O artigo 1º da Portaria estabeleceu que o banco de dados do Sistema de Estatísticas do Poder Judiciário (SIESPJ) ficará disponível para consulta pública (acesso público) de forma permanente.

2.2 Etapas e técnicas de construção do IDJus

Segundo Scandar Neto (2006) a construção de um indicador sintético é uma operação metodológica realizada em várias etapas sucessivas, que envolvem decisões não triviais e nem sempre consensuais e únicas. Naturalmente, cada escolha, cada encaminhamento metodológico, leva à construção de uma medida diferente.

A figura abaixo apresenta as etapas de construção do IDJus.



ETAPA 1: Criação do Sistema de Indicadores

A escolha dos indicadores e sua classificação em temas e dimensões deve se pautar, além da sua disponibilidade e relevância para a temática em questão, pela sua validade em representar o conceito indicado e pela confiabilidade dos dados usados na sua construção.

Para contemplar as diversas dimensões da Justiça e a forma como elas afetam o desempenho e eficiência das suas instituições, o IDJus foi elaborado a partir de 20 indicadores de desempenho que foram classificados em 6 temas dentro de 3 dimensões primárias da administração judiciária: gestão orçamentária, gestão de recursos (humanos e tecnológicos), e gestão de processos.

Vale ressaltar que os 20 indicadores adotados foram selecionados por especialistas com excelente nível de conhecimento do funcionamento das instituições judiciárias, entre eles magistrados e servidores que delinearão o sistema que produz o Índice de Desempenho da Justiça em Números. Assim sendo, esses indicadores possuem alto grau de confiabilidade, no sentido de retratarem as áreas a que se referem (vide tabelas).

Tabela 1 – Descrição das dimensões e temas

IDJus	Dimensões	Temas
	Gestão Orçamentária Peso: 25%	Despesas
		Receitas
	Gestão de Recursos Peso: 25%	Recursos Humanos
		Tecnologia
	Gestão de Processos Peso: 50%	Litigiosidade
		Produtividade

Tabela 2 – Descrição dos temas e indicadores

Temas	Indicadores Primários
Despesas	Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça Custo médio do Processo
Receitas	Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça Arrecadação Média Processual
Recursos Humanos	Percentual de Cargos de Magistrado ocupados Percentual de Servidores Efetivos Percentual de Servidores da Área Judiciária Taxa de Igualdade Processual por Servidor Taxa de Igualdade Processual por Magistrado Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado
Tecnologia	Porte baseado em Tecnologia Porte baseado em Força de Trabalho mínima Porte baseado em Automação Porte baseado em Governança de TI Porte baseado em Capacitação em TI
Litigiosidade	Taxa de Congestionamento Índice de Atraso Taxa de Atendimento da Demanda
Produtividade	Produtividade Média por Magistrado Produtividade Média por Servidor da Área Judiciária

ETAPA 2: A comensurabilidade das informações

Após a configuração do sistema de indicadores a partir de dimensões, temas e indicadores, a etapa seguinte é o da transformação das variáveis. Para construção de um indicador sintético esta é uma etapa importante a se considerar – conferir a propriedade da comensurabilidade, ou seja, como medir duas ou mais grandezas na mesma unidade.

No IDJus foi utilizada a normalização, que consiste em transformar os indicadores em índices cujos valores se posicionam entre zero e cem, tendo como base os indicadores calculados. A importância desse procedimento reside no resultado obtido: todos os índices terão, após a normalização, a mesma unidade de medida, isto é, mesma magnitude, possibilitando, então, comparações entre si. Para tanto, é aplicada a fórmula que se segue:

$$\text{Índice}_{itj} = \frac{\text{Val}_{itj} - \text{Mín}_i}{\text{Máx}_i - \text{Mín}_i}$$

$i = \text{indicador}$
 $t = \text{Tribunal}$
 $j = \text{Justiça}$

onde Val_{itj} = valor observado do indicador i no Tribunal t da Justiça j
 Mín_i = valor mínimo observado do indicador i
 Máx_i = valor máximo observado do indicador i

A fórmula acima pode ser interpretada da seguinte forma: o índice do indicador i , do tribunal t da justiça j é igual ao quociente da diferença entre o valor observado do indicador i , do tribunal t da justiça j e o mínimo do indicador i e da diferença entre o máximo do indicador i e o mínimo do indicador i . Note que o mínimo e o máximo são calculados por cada indicador, enquanto que o valor observado refere-se ao indicador, ao tribunal e à justiça a que o tribunal pertence.

A fim de garantir a comparabilidade dos resultados obtidos, o mínimo e o máximo são calculados por cada indicador e são idênticos para os três ramos de justiça e para a série histórica, com quatro períodos analisados (2010, 2011, 2012 e 2013), enquanto que o valor observado refere-se ao indicador, ao tribunal e à justiça a que o tribunal pertence.

ETAPA 3: Polarização dos indicadores

A terceira etapa define se o indicador tem polaridade positiva, ou seja, valores maiores indicam melhor desempenho do tribunal, ou negativa, valores menores indicam melhor desempenho. Assim, para os indicadores classificados com polaridade negativa utiliza-se o valor complementar do índice aferido na etapa de normalização do indicador.

Tabela 3 - Polaridade dos indicadores

Indicadores Primários	Polaridade
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	-
Custo médio do Processo	-
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	+
Arrecadação Média Processual	+
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	+
Percentual de Servidores Efetivos	+
Percentual de Servidores da Área Judiciária	+
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	-
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	-
Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado	-
Porte baseado em Tecnologia	+
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	+
Porte baseado em Automação	+
Porte baseado em Governança de TI	+
Porte baseado em Capacitação em TI	+
Taxa de Congestionamento	-
Índice de Atraso	-
Taxa de Atendimento da Demanda	+
Produtividade Média por Magistrado	+
Produtividade Média por Servidor da Área Judiciária	+

ETAPA 4: Escolha dos pesos

Os pesos dos indicadores devem indicar a importância que cada indicador representa para o marco conceitual na temática de interesse. A literatura sobre o tema mostra a existência de uma dificuldade de atribuir pesos aos indicadores de modo a conseguir sintetizá-los em um único escalar. Dadas as dificuldades apresentadas, muitos autores optam por atribuir o mesmo peso para todos os

indicadores, ou ponderá-los de acordo com a importância para o que está sendo mensurado.

Assim, na construção do Índice de Desenvolvimento da Justiça, os pesos dos indicadores, temas e dimensões foram definidos pela equipe técnica, com apoio de especialistas já mencionados, de acordo com a importância relativa de cada indicador. Para as dimensões foram estabelecidos pesos distintos e para os indicadores decidiu-se por dividir os pesos de forma uniforme dentro de cada tema e dimensão.

A dimensão gestão de processos, por ser classificada como uma dimensão independente, essencial e inerente à própria missão dos tribunais, foi atribuída 50% do peso total do IDJus. As demais dimensões, que dizem respeito à função administrativa das cortes e correspondem ao suporte de suas atividades-fim, receberam peso de 25%. A partir desses pesos obtém-se um índice sintético para cada tema, para cada dimensão, e o índice sintético geral, o IDJus.

Tabela 4 – Peso e contribuição dos indicadores

Indicadores Primários	Peso	Contribuição
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	1	50,0%
Custo médio do Processo	1	50,0%
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	1	50,0%
Arrecadação Média Processual	1	50,0%
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	1	16,7%
Percentual de Servidores Efetivos	1	16,7%
Percentual de Servidores da Área Judiciária	1	16,7%
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	1	16,7%
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	1	16,7%
Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado	1	16,7%
Porte baseado em Tecnologia	1	20,0%
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	1	20,0%
Porte baseado em Automação	1	20,0%
Porte baseado em Governança de TI	1	20,0%
Porte baseado em Capacitação em TI	1	20,0%
Taxa de Congestionamento	2	33,3%
Índice de Atraso	2	33,3%
Taxa de Atendimento da Demanda	2	33,3%
Produtividade Média por Magistrado	2	50,0%
Produtividade Média por Servidor da Área Judiciária	2	50,0%

Tabela 5 – Peso e contribuição dos temas

Temas	Peso	Contribuição
Despesas	1	50,0%
Receitas	1	50,0%
Recursos Humanos	1	50,0%
Tecnologia	1	50,0%
Litigiosidade	2	50,0%
Produtividade	2	50,0%

Tabela 6 – Peso e contribuição das dimensões

Dimensões	Peso	Contribuição
Gestão Orçamentária	1	25,0%
Gestão de Recursos	1	25,0%
Gestão de Processos	2	50,0%

2.3 Mudanças metodológicas

Ao longo das quatro edições do IDJus, algumas mudanças na metodologia foram realizadas: ajuste no sistema de indicadores, alteração no cálculo do IDJus Brasil e mudança nos valores estabelecidos de máximos e mínimos utilizados na normalização.

Quanto ao sistema de indicadores, optou-se pela remoção do tema *Transferências* inserido na dimensão *Receitas* do IDJus₂₀₁₀ após a análise dos dados referentes ao ano de 2011 publicados no Justiça em Números. Diferentemente do ocorrido no IDJus₂₀₁₀, muitos tribunais não informaram a variável *Valores Pagos aos Jurisdicionados* (Vpag) no ano de 2011. A variável *Vpag* era utilizada para construção dos dois indicadores que compunham o tema *Transferências*: Valores Pagos aos Jurisdicionados em relação à Despesa Total da Justiça e Valor Médio Pago ao Jurisdicionado por Processo.

Diferentemente de sua primeira versão, o índice Brasil passou a ser calculado pela média aritmética em relação às Justiças Estadual, Federal e do Trabalho.

No que se refere aos valores máximos e mínimos, optou-se por utilizar um valor único de mínimo e máximo para cada indicador independente do ramo de Justiça e do ano da pesquisa. Esses valores de mínimos e máximos foram

categorizados em duas espécies: os estabelecidos a partir da amostra completa de dados por não se tratarem de indicadores com parâmetros pré-definidos, e os que foram estabelecidos pela equipe por se tratarem de indicadores com parâmetros pré-definidos.

Outro fato que merece destaque diz respeito às alterações nos dados estatísticos publicados pelo CNJ. Tendo em vista que a Resolução CNJ nº 76/2009, que dispõe sobre os princípios do Sistema de Estatística do Poder Judiciário, em seu artigo 17, acolhe a retificação dos dados por parte dos tribunais, os dados utilizados no IDJus₂₀₁₀ e IDJus₂₀₁₁ sofreram alterações com a publicação de uma nova base pelo Conselho em 2013. Não houve mudanças no IDJus₂₀₁₂ e IDJus₂₀₁₃.

Ressalte-se que, diante dessas mudanças, todas as análises realizadas ao longo desse documento em relação ao IDJus₂₀₁₀, IDJus₂₀₁₁ e IDJus₂₀₁₂ foram construídas a partir de cenários similares, ou seja, o IDJus₂₀₁₀ e IDJus₂₀₁₁ foram recalculados com a mesma metodologia do IDJus₂₀₁₂ a partir da base de dados retificada, disponibilizada pelo CNJ.

2.4 Limitações do IDJus

O IDJus utiliza apenas dados oficiais do Justiça em Números e da Pesquisa sobre Portes dos Tribunais e de Governança de Tecnologia da Informação e, em decorrência disso, está restrito às informações existentes nesses instrumentos.

Embora o IDJus tenha avançado na proposta de novos indicadores para o Poder Judiciário (como, por exemplo, Taxas de Igualdade Processual, Produtividade Média e Custo Médio do Processo) ele permite apenas a extração de conclusões de caráter mais generalista, uma vez que os dados do Justiça em Números, fonte primária das suas informações, são dados globais, que impossibilitam a realização de análises pormenorizadas.

Além da necessidade de se obter dados mais detalhados, no caminho para a excelência na produção e análise de informações no Poder Judiciário, primeiramente é necessário passar pela correta disponibilização de informações pelos tribunais, preferencialmente que essas informações sejam extraídas automaticamente dos sistemas. Concomitantemente ao integral repasse de dados para as bases nacionais, é necessário avançar no monitoramento da consistência desses dados, uma vez que exercícios estatísticos apontam para inconsistências em casos pontuais. Somente a partir da adequada

disponibilização de dados confiáveis será possível dotar os gestores de informações precisas para a tomada de decisão, bem como a academia poderá se debruçar com maior profundidade sobre relações de causa e efeito, sobre os problemas que mais afligem a prestação jurisdicional no Brasil.

Assim sendo, embora se saiba da necessidade de ampliar o escopo dos indicadores utilizados no IDJus, isso só poderá ser feito quando novos conjuntos de estatísticas forem incorporados ao banco de dados do Sistema de Estatísticas do Poder Judiciário (SIESPJ) do CNJ.

A título de exemplo, menciona-se a seguir algumas das solicitações de indicadores recebidas:

- a) Maior granularidade dos indicadores – Criação de indicadores para mensurar as informações em nível das varas e juízos e contribuir para a gestão dessas unidades;
- b) Tempos médios de duração dos processos;
- c) Criação do indicador taxa de congestionamento “líquida”, para excluir os processos sobrestados em cada Tribunal, aguardando decisão do STF ou do STJ em processos de Repercussão Geral ou Recursos Repetitivos. A falta desse indicador prejudica o desempenho de tribunais como, por exemplo, o TRF da 4ª Região, que passaria a ter a taxa de congestionamento próxima de zero.
- d) Criação de indicadores da justiça criminal.

3. Resultados gerais

Os resultados aferidos na quarta edição do Índice de Desempenho da Justiça (IDJus) incrementam a série histórica do índice, o que permite inúmeros exercícios comparativos entre os tribunais, entre as esferas da Justiça e entre os anos analisados, além dos tradicionais rankings por ramo de justiça. Adicionalmente, o IDJus pode ser aberto por dimensões, temas e indicadores, o que facilita a compreensão do índice. A partir desse detalhamento é possível descobrir as áreas que eventualmente necessitem de maior aprimoramento e acompanhamento por cada um dos tribunais.

O capítulo a seguir destina-se a apresentar os resultados gerais do IDJus₂₀₁₃. Diante desses resultados e das comparações que serão apresentadas nas próximas seções, espera-se que os tribunais possam identificar os gargalos que mais afetam a prestação jurisdicional, estabelecer metas e acompanhar os progressos obtidos.

3.1 IDJus₂₀₁₃ Brasil

Como explicitado no capítulo de metodologia, para o resultado IDJus₂₀₁₃ Brasil, foi considerada a média aritmética dos dados estatísticos das Justiças Estadual, Justiça Federal e Justiça do Trabalho. Os resultados indicam que há um longo caminho a percorrer no que tange ao desenvolvimento da Justiça brasileira, e que a mesma também apresenta muitas disparidades de desempenho entre os tribunais.

O IDJus₂₀₁₃ Brasil (total de todos os tribunais das Justiças Estadual, Federal e do Trabalho) foi de 51,3. A dimensão de pior desempenho, na Justiça brasileira como um todo, foi a Gestão de Processos (42,9) e a de melhor desempenho foi a Gestão de Recursos (73,3). Destaque para os temas Produtividade (37,0) e Tecnologia (73,4) que apresentaram o menor e o maior valor no índice de desenvolvimento, respectivamente.

As Tabelas 7 e 8 a seguir apresentam os resultados finais por dimensão, tema e indicador.

Tabela 7 – IDJus₂₀₁₃ Brasil: resultado dos indicadores

IDJus Brasil	
Indicadores Primários	Indicador Normalizado
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	26,7
Custo médio do Processo	64,3
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	18,1
Arrecadação Média Processual	75,2
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	65,0
Percentual de Servidores Efetivos	37,6
Percentual de Servidores da Área Judiciária	69,4
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	86,7
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	88,8
Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado	91,6
Porte baseado em Tecnologia	84,7
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	47,7
Porte baseado em Automação	77,6
Porte baseado em Governança de TI	81,8
Porte baseado em Capacitação em TI	75,3
Taxa de Congestionamento	36,6
Índice de Atraso	60,5
Taxa de Atendimento da Demanda	49,5
Produtividade Média por Magistrado	46,0
Produtividade Média por Servidor	27,9

Tabela 8 – IDJus₂₀₁₃ Brasil: resultados das dimensões, temas e do IDJus

IDJus Brasil					
Índice Geral		Dimensões	Índice Dimensões	Temas	Índice Temas
IDJus Brasil	51,3	Gestão Orçamentária	46,1	Despesas	45,5
		Peso: 25%		Receitas	46,7
		Gestão de Recursos	73,3	Recursos Humanos	73,2
		Peso: 25%		Tecnologia	73,4
		Gestão de Processos	42,9	Litigiosidade	48,9
		Peso: 50%		Produtividade	37,0

3.2 Resultado IDJus₂₀₁₃ Justiça Estadual

O IDJus₂₀₁₃ da Justiça Estadual foi de 46,9, sintetizado por 46,8 do índice da Gestão Orçamentária, 71,7 da Gestão de Recursos e 34,6 da Gestão de Processos. Dos 27 tribunais estaduais analisados, 16 (59%) apresentaram IDJus acima dessa média (TJ-RS, TJ-GO, TJ-AM, TJ-SE, TJ-PR, TJ-RJ, TJ-AC, TJ-AP, TJ-PE, TJ-MS, TJ-DF, TJ-SC, TJ-PA, TJ-AL, TJ-RO e TJ-PB), sendo os 7 primeiros colocados com resultados acima da média Brasil (51,3).

O tribunal mais bem posicionado foi o TJ-RS (55,8) e o que apresentou o grau de desempenho mais baixo foi o TJ-PI (33,9). Na Justiça Estadual como um todo, o principal gargalo parece estar na dimensão de Gestão de Processos, a qual apresenta o menor valor do indicador, variando de 19,8 a 56,3. Na Gestão Orçamentária os valores variam de 32,0 a 54,7 e na Gestão de Recursos de 78,8 a 60,3.

Alguns destaques por dimensão:

Justiça Estadual	Gestão Orçamentária	Gestão de Recursos	Gestão de Processos
Melhor desempenho	TJ-Goiás – 54,7	TJ-Distrito Federal – 78,8	TJ-Amazonas – 56,3
Pior desempenho	TJ-Distrito Federal – 32,0	TJ-Acre – 60,3	TJ-Piauí – 19,8

As Tabelas 9, 10 e 11 a seguir apresentam os resultados finais da Justiça Estadual e o ranking com o resultado do IDJus de cada Tribunal de Justiça.

Tabela 9 – IDJus₂₀₁₃ Justiça Estadual: resultado dos indicadores

IDJus Justiça Estadual	
Indicadores Primários	Indicador Normalizado
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	33,8
Custo médio do Processo	74,5
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	9,1
Arrecadação Média Processual	69,8
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	59,3
Percentual de Servidores Efetivos	29,6
Percentual de Servidores da Área Judiciária	72,6
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	81,3
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	87,7
Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado	98,2
Porte baseado em Tecnologia	81,6
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	45,7
Porte baseado em Automação	74,3
Porte baseado em Governança de TI	82,3
Porte baseado em Capacitação em TI	75,6
Taxa de Congestionamento	25,5
Índice de Atraso	40,1
Taxa de Atendimento da Demanda	40,7
Produtividade Média por Magistrado	42,9
Produtividade Média por Servidor	24,6

Tabela 10 – IDJus₂₀₁₃ Justiça Estadual: resultado das dimensões, temas e do IDJus

Estadual

Índice Geral		Dimensões	Índice Dimensões	Temas	Índice Temas
IDJus	46,9	Gestão Orçamentária Peso: 25%	46,8	Despesas	54,2
				Receitas	39,5
		Gestão de Recursos Peso: 25%	71,7	Recursos Humanos	71,4
				Tecnologia	71,9
		Gestão de Processos Peso: 50%	34,6	Litigiosidade	35,5
				Produtividade	33,8

Tabela 11 – IDJus₂₀₁₃ Justiça Estadual: classificação dos Tribunais

Posição	Tribunal	Dimensão			IDJus
		Gestão Orçamentária	Gestão de Recursos	Gestão de Processos	
1	TJ - Rio Grande do Sul	49,5	71,1	51,3	55,8
2	TJ - Goiás	54,7	65,9	49,7	55,0
3	TJ - Amazonas	40,7	65,8	56,3	54,8
4	TJ - Sergipe	40,4	77,6	49,4	54,2
5	TJ - Paraná	46,9	74,8	47,3	54,0
6	TJ - Rio de Janeiro	52,3	77,9	41,7	53,4
7	TJ - Acre	43,6	60,3	53,0	52,5
8	TJ - Amapá	32,2	64,5	53,9	51,1
9	TJ - Pernambuco	44,1	72,0	43,3	50,7
10	TJ - Mato Grosso do Sul	48,9	68,6	42,5	50,6
11	TJ - Distrito Federal*	32,0	78,8	45,5	50,4
12	TJ - Santa Catarina	47,4	76,1	37,6	49,7
13	TJ - Pará	43,6	70,8	40,6	48,9
14	TJ - Alagoas	46,6	64,3	40,2	47,8
15	TJ - Rondônia	40,1	68,0	41,2	47,6
16	TJ - Paraíba	37,7	74,4	38,6	47,3
17	TJ - Ceará	37,0	76,7	36,1	46,5
18	TJ - Minas Gerais	42,3	72,0	34,5	45,8
19	TJ - Mato Grosso	42,5	77,6	31,1	45,6
20	TJ - Maranhão	46,2	70,8	32,3	45,4
21	TJ - Espírito Santo	40,7	67,1	36,2	45,1
22	TJ - São Paulo	52,2	72,5	25,2	43,8
23	TJ - Rio Grande do Norte	34,5	71,0	34,4	43,6
24	TJ - Tocantins	36,8	65,2	34,2	42,6
25	TJ - Roraima	36,3	69,9	29,3	41,2
26	TJ - Bahia	40,3	73,1	20,4	38,5
27	TJ - Piauí	35,3	60,7	19,8	33,9

3.3 Resultado IDJus₂₀₁₃ Justiça Federal

O IDJus₂₀₁₃ da Justiça Federal foi de 57,4. Esse valor foi composto a partir dos índices dimensionais da Gestão Orçamentária, Gestão de Recursos e Gestão de Processos, 55,5, 73,8 e 50,0, respectivamente. Destaque para o alto desempenho da Gestão de Recursos da Justiça Federal, resultante, principalmente, dos recursos tecnológicos (76,3).

O Tribunal Federal Regional mais bem colocado foi o TRF da 5ª Região (64,6), enquanto que o TRF da 1ª Região apresentou o menor resultado, IDJus₂₀₁₃ de 52,1, diferença de 12,5 pontos entre eles. Apesar dessa diferença não ser muito grande no índice, o mesmo não ocorre nos resultados por dimensão. Na Gestão Orçamentária os resultados variam de 44,6 a 69,3; na Gestão de Recursos de 58,3 a 80,5 e na Gestão de Processos de 41,7 a 72,7, variações de 24,7, 22,2 e 31 pontos, respectivamente.

Alguns destaques por dimensão:

Justiça Federal	Gestão Orçamentária	Gestão de Recursos	Gestão de Processos
Melhor desempenho	TRF 2ª (RJ e ES) – 69,3	TRF 4ª (RS, PR e SC) – 80,5	TRF 5ª (SE, AL, PE, RN, CE e PB) – 72,7
Pior desempenho	TRF 5ª (SE, AL, PE, RN, CE e PB) – 44,6	TRF 1ª (DF, GO, MT, MG, AC, AM, AP, PA, RR, RO, TO, BA, MA e PI) – 58,3	TRF 4ª (RS, PR e SC) – 41,7

As Tabelas 12, 13 e 14 a seguir apresentam os resultados finais da Justiça Federal e o ranking com o resultado do IDJus de cada Tribunal Regional Federal.

Tabela 12 – IDJus₂₀₁₃ Justiça Federal: resultado dos indicadores

IDJus Justiça Federal	
Indicadores Primários	Indicador Normalizado
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	25,5
Custo médio do Processo	68,7
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	40,8
Arrecadação Média Processual	87,1
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	55,9
Percentual de Servidores Efetivos	30,2
Percentual de Servidores da Área Judiciária	70,1
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	98,4
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	83,6
Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado	89,9
Porte baseado em Tecnologia	87,4
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	60,0
Porte baseado em Automação	82,6
Porte baseado em Governança de TI	79,1
Porte baseado em Capacitação em TI	72,3
Taxa de Congestionamento	33,0
Índice de Atraso	56,9
Taxa de Atendimento da Demanda	58,7
Produtividade Média por Magistrado	66,7
Produtividade Média por Servidor	34,4

Tabela 13 – IDJus₂₀₁₃ Justiça Federal: resultado das dimensões, temas e do IDJus

Federal

Índice Geral		Dimensões	Índice Dimensões	Temas	Índice Temas
IDJus	57,4	Gestão Orçamentária Peso: 25%	55,5	Despesas	47,1
				Receitas	63,9
		Gestão de Recursos Peso: 25%	73,8	Recursos Humanos	71,3
				Tecnologia	76,3
		Gestão de Processos Peso: 50%	50,0	Litigiosidade	49,5
				Produtividade	50,6

Tabela 14 – IDJus₂₀₁₃ Justiça Federal: classificação dos Tribunais

Posição	Tribunal	UFs abrangidas	Dimensão			IDJus
			Gestão Orçamentária	Gestão de Recursos	Gestão de Processos	
1	TRF 5ª Região	Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará e Paraíba	44,6	68,5	72,7	64,6
2	TRF 3ª Região	São Paulo e Mato Grosso do Sul	61,1	71,2	50,3	58,2
3	TRF 2ª Região	Rio de Janeiro e Espírito Santo	69,3	76,8	42,1	57,6
4	TRF 4ª Região	Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina	51,3	80,5	41,7	53,8
5	TRF 1ª Região	Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Roraima, Rondônia, Tocantins, Bahia, Maranhão e Piauí	47,4	58,3	51,2	52,1

3.4 Resultado IDJus₂₀₁₃ Justiça do Trabalho

Na Justiça do Trabalho, o IDJus₂₀₁₃ foi de 49,6, sintetizado pelos indicadores de Gestão Orçamentária (35,9), de Gestão de Recursos (74,4) e de Gestão de Processos (44,1). Dos 24 tribunais, 10 apresentaram um desempenho acima da média (TRT 3ª Região - MG, TRT 2ª Região - SP, TRT 15ª Região - Campinas, TRT 1ª Região - RJ, TRT 18ª Região - GO, TRT 19ª Região - AL, TRT 6ª

Região - PE, TRT 23ª Região MT, TRT 11ª Região - AM e RR e TRT 9ª Região - PR), que foi de 49,6.

O TRT mais bem posicionado, TRT da 3ª Região (MG), obteve IDJus de 54,6 e apresentou o melhor desempenho na Gestão de Processo (55,3). Já o menor desempenho no IDJus da Justiça do Trabalho foi apresentado pelo TRT da 14ª Região (RO e AC), com um IDJus de 41,5 e o menor desempenho em Gestão Orçamentária (26,0). É interessante constatar que a Justiça do Trabalho, exibe, como um todo, um desempenho mais uniforme entre tribunais, com o IDJus variando de 41,5 e 54,6 – 13 pontos de diferença. No entanto, os resultados por dimensão apresentam maiores variações: Gestão Orçamentária de 26,0 a 46,1 e Gestão de Processos de 30,5 a 55,3 – 20,1 pontos e 24,8 pontos de variação, respectivamente.

Alguns destaques por dimensão:

Justiça do Trabalho	Gestão Orçamentária	Gestão de Recursos	Gestão de Processos
Melhor desempenho	TRT 22ª (Piauí) – 46,1	TRT 9ª (Paraná) – 81,0	TRT 3ª (Minas Gerais) – 55,3
Pior desempenho	TRT 14ª (Rondônia e Acre) – 26,0	TRT 13ª (Paraíba) – 69,0	TRT 22ª (Piauí) – 30,5

As Tabelas 15, 16 e 17 a seguir apresentam os resultados finais da Justiça do Trabalho e o ranking com o resultado do IDJus de cada Tribunal Regional do Trabalho.

Tabela 15 – IDJus₂₀₁₃ Justiça do Trabalho: resultado dos indicadores

IDJus Justiça do Trabalho	
Indicadores Primários	Indicador Normalizado
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	20,6
Custo médio do Processo	49,6
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	4,5
Arrecadação Média Processual	68,7
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	79,8
Percentual de Servidores Efetivos	53,2
Percentual de Servidores da Área Judiciária	65,4
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	80,3
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	95,1
Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado	86,9
Porte baseado em Tecnologia	85,1
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	37,5
Porte baseado em Automação	76,0
Porte baseado em Governança de TI	83,9
Porte baseado em Capacitação em TI	78,0
Taxa de Congestionamento	51,3
Índice de Atraso	84,6
Taxa de Atendimento da Demanda	49,0
Produtividade Média por Magistrado	28,4
Produtividade Média por Servidor	24,7

Tabela 16 – IDJus₂₀₁₃ Justiça do Trabalho: resultado das dimensões, temas e do IDJus

Trabalho

Índice Geral		Dimensões	Índice Dimensões	Temas	Índice Temas
IDJus	49,6	Gestão Orçamentária Peso: 25%	35,9	Despesas	35,1
				Receitas	36,6
		Gestão de Recursos Peso: 25%	74,4	Recursos Humanos	76,8
				Tecnologia	72,1
		Gestão de Processos Peso: 50%	44,1	Litigiosidade	61,6
				Produtividade	26,6

Tabela 17 – IDJus₂₀₁₃ Justiça do Trabalho: classificação dos Tribunais

Posição	Tribunal	UFs abrangidas	Dimensão			IDJus
			Gestão Orçamentária	Gestão de Recursos	Gestão de Processos	
1	TRT 03ª Região	Minas Gerais	36,3	71,4	55,3	54,6
2	TRT 02ª Região	São Paulo	36,9	74,5	50,9	53,3
3	TRT 15ª Região	Campinas	40,4	76,5	45,5	52,0
4	TRT 01ª Região	Rio de Janeiro	32,0	75,0	50,1	51,8
5	TRT 18ª Região	Goiás	40,3	73,0	46,5	51,6
6	TRT 19ª Região	Alagoas	38,5	72,8	47,2	51,4
7	TRT 06ª Região	Pernambuco	33,1	71,4	50,2	51,2
8	TRT 23ª Região	Mato Grosso	38,9	76,7	44,2	51,0
9	TRT 11ª Região	Amazonas e Roraima	34,3	71,9	48,2	50,6
10	TRT 09ª Região	Paraná	41,1	81,0	38,8	49,9
11	TRT 08ª Região	Pará e Amapá	35,1	76,7	42,2	49,1
12	TRT 17ª Região	Espírito Santo	38,7	70,2	42,3	48,4
13	TRT 04ª Região	Rio Grande do Sul	34,8	80,3	38,1	47,8
14	TRT 20ª Região	Sergipe	31,1	69,6	42,9	46,6
15	TRT 21ª Região	Rio Grande do Norte	34,7	75,7	37,2	46,2
16	TRT 12ª Região	Santa Catarina	31,5	73,7	38,6	45,6
17	TRT 24ª Região	Mato Grosso do Sul	35,1	73,1	37,0	45,6
18	TRT 13ª Região	Paraíba	33,9	69,0	38,6	45,0
19	TRT 07ª Região	Ceará	31,0	70,1	39,2	44,9
20	TRT 22ª Região	Piauí	46,1	71,8	30,5	44,7
21	TRT 10ª Região	Distrito Federal e Tocantins	32,0	70,9	37,5	44,5
22	TRT 16ª Região	Maranhão	36,5	69,9	34,9	44,0
23	TRT 05ª Região	Bahia	29,4	77,4	34,0	43,7
24	TRT 14ª Região	Rondônia e Acre	26,0	76,3	31,8	41,5

4. Comparações - IDJus 2010 a IDJus 2013

Com os resultados da quarta edição do IDJus é possível realizar comparações do desempenho dos tribunais com base na série histórica relativa aos IDJus anos-base 2010, 2011 e 2012 e 2013. Essas comparações ainda não permitem extrair análises amplas e conclusivas acerca das tendências de evolução do desempenho da justiça. Contudo, abre-se caminho para reflexões iniciais sobre os principais desafios da gestão judicial no Brasil.

Também há que se enfatizar que, embora o IDJus tenha avançado na proposta de novos indicadores para o Poder Judiciário (como, por exemplo, Taxas de Igualdade Processual, Produtividade Média e Custo Médio do Processo), ele permite apenas a extração de conclusões de caráter mais generalista, pela falta de informações mais detalhadas. Os dados do Justiça em Números, fonte primária do IDJus, são dados globais, que impossibilitam a realização de análises pormenorizadas, como por exemplo dos tempos médios de duração dos processos, de indicadores de litigiosidade e produtividade divididos em processos cíveis e criminais ou de informações referente a indicadores de produtividade e litigiosidade por vara.

Além da necessidade de se obter dados mais detalhados, existe uma preocupação a respeito da confiabilidade e consistência das informações publicadas no Justiça em Números. A fim de estimular os Tribunais a investirem na excelência da gestão da informação, o CNJ instituiu em 2013, por meio da Portaria nº 186, o Selo Justiça em Números. A concessão desse Selo visa incentivar o aprimoramento do Sistema de Estatísticas do Poder Judiciário, promover a melhoria da qualidade da informação e contribuir para a produção de dados confiáveis sobre o Poder Judiciário. Os requisitos avaliados vão desde o envio das informações dentro dos prazos estabelecidos pela Resolução nº 76 de 2009, até requisitos referentes à gestão da informação e à extração automática dos dados.

Apesar dos desafios e limitações descritos acima, interessantes observações e hipóteses sobre determinados aspectos do desempenho judicial já podem ser feitas a partir da compilação de dados pelo IDJus para o período 2010-2013, no âmbito da Justiça Federal, Estadual e do Trabalho. Os principais resultados e reflexões são apresentados a seguir.

IDJus BRASIL

Pode-se dizer que o IDJus Brasil é o índice “guarda-chuva” que agrega os índices da Justiça Federal, Estadual e do Trabalho e permite uma visão global do desempenho da Justiça no País. Os dados apontam que, apesar da Justiça brasileira apresentar um ligeiro avanço ao longo do quadriênio avaliado (anos-base 2010 a 2013), com o **IDJus Brasil** passando de **49,8** (em **2010**) para **51,3** (em **2013**), há um aqueda de desempenho no último ano se comparado ao ano de 2012 (que foi de 52,0). Esse resultado revela que a trajetória de crescimento ao longo dos anos não se manteve constante no último período, principalmente, em razão da queda de desempenho da Gestão de Processos (passou de **45,4** em **2012** para **42,9** em **2013**).

Gestão Orçamentária

A **Gestão Orçamentária** foi a única dimensão que apresentou crescimento contínuo ao longo do período (passando de **43,7** em **2010** para **46,1** em **2013**). Ambos os temas, Despesas e Receitas, que compõe a dimensão, apresentaram crescimento em relação ao ano de 2010, 1,6 e 3,2 pontos, respectivamente. No entanto, essa dimensão ainda apresenta resultados tímidos.

No que tange ao tema Despesas, um dado que merece atenção são as **Despesas com Recursos Humanos**. A maioria dos tribunais apresenta, ao longo desses quatro anos, um alto percentual de despesa com recursos humanos em relação à despesa total (média de **90,6%** em 2013), o que deixa pequena margem orçamentária para investimentos dos tribunais em outras áreas de interesse da administração judiciária. No entanto, esses resultados apresentam grandes variações entre os tribunais analisados na pesquisa: o menor valor aferido foi de 67,0% e o maior valor foi de 97,69%.

Gestão de Recursos

A **Gestão de Recursos**, que se revelou a dimensão com o melhor desempenho em todos os anos, apresentou uma trajetória constante no período (passando de 73,8 em 2010, 73,2 em 2011, 72,8 em 2012 e **73,3** em **2013**).

Analisando os índices do tema **Recursos Humanos** observa-se que após uma queda acentuada em 2012 (passou de 74,1 em 2011 para 70,6 em 2012) o índice atingiu em **2013** o patamar de **73,2**. Esse resultado retrata o percentual de cargos de magistrado ocupados, que também caiu, no quadriênio, 9,7%, e o de servidores efetivos, 6,2%, o que alerta para a necessidade de aperfeiçoamentos na gestão de recursos humanos no Judiciário. Se, em 2010,

83,5% dos cargos de magistrado encontravam-se preenchidos, em 2013 esse percentual caiu para 75,4%.

Outra distorção apontada pelo IDJus é o agravamento da tendência em se alocar mais magistrados e servidores no segundo grau do que na primeira instância. A Taxa de Igualdade Processual por Servidor e a Taxa de Igualdade Processual por Magistrado (indicadores relativos à comparação da carga de trabalho nas duas instâncias) apresentam essa realidade. O resultado de 0,61 para Taxa de Igualdade Processual por Servidor indica que a média de carga de trabalho por servidor do 2º grau é 61% da carga de trabalho por servidor do 1º grau, o que reforça a necessidade de políticas de fortalecimento e priorização da primeira instância, já iniciadas pelo CNJ.

No que tange à Tecnologia, apesar da queda no último ano, é o tema que apresenta a melhor performance. Houve sutil incremento na Justiça brasileira no que tange ao porte baseado em tecnologia (que, entre outros aspectos, avalia a idade média de microcomputadores, impressoras e scanners), porte baseado em governança em TI (que, entre outros aspectos, avalia se há planejamento estratégico para área de TIC em vigor) e no que diz respeito ao porte baseado em capacitação em TI (que, entre outros aspectos, avalia se há pessoal capacitado nas diversas áreas de TIC). Esses indicadores apresentaram crescimento de 3,0%, 6,5% e 7,3%, respectivamente. Já o porte baseado em força de trabalho (que, entre outros avalia se o tribunal se enquadrava nos requisitos de força de trabalho mínima da Resolução nº 90 do CNJ) apresentou queda de 2,6%, e no que diz respeito ao porte baseado em automação (que, entre outros aspectos, avalia integração nos módulos de 1º grau e 2º grau e a disponibilização de informações processuais pela internet) uma queda acentuada de 11,1%.

Gestão de Processos

Após um aumento contínuo nos últimos dois anos, a **Gestão de Processos** teve uma queda acentuada do indicador, passando de **45,2** em **2012** para **42,9** em **2013**. Esses resultados revelam que tal progresso que vinha sendo atribuído às iniciativas de planejamento estratégico, que foram coordenadas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) a partir de 2009, por meio do estabelecimento de metas anuais, com vistas a tornar o Judiciário brasileiro menos moroso¹, não se perdurou ao longo dos anos. Conforme será

¹ A meta n. 2 de 2009 do CNJ consistiu na identificação e julgamento de todos os processos judiciais distribuídos até 31/12/2005.

apresentado ao longo do relatório, a produtividade dos magistrados e dos servidores decresceu no último período na Justiça Estadual e na Justiça Federal.

Como consequência dessa queda de produtividade, no outro pilar da gestão de processos, os componentes relativos à litigiosidade também apresentaram piora no último ano em todos os indicadores que a compõe. O Índice de Atraso subiu de 1 ano e 11 meses para 2 anos, a Taxa de Congestionamento subiu 1,4 ponto percentual (63,4% em 2013) e a Taxa de Atendimento da Demanda caiu de 106,4% em 2012 para 102,6% em 2013.

Tabela 18 – IDJus Brasil: Evolução 2010 a 2013

Temas, Dimensões e IDJus	IDJus 2010	IDJus 2011	IDJus 2012	IDJus 2013	Varição (em p.p.) 2010 a 2013
Despesas	43,9	44,8	46,3	45,5	1,6
Receitas	43,5	44,1	43,0	46,7	3,2
RH	74,4	74,1	70,6	73,2	-1,2
Tecnologia	73,1	73,1	74,9	73,4	0,3
Litigiosidade	49,0	48,9	51,2	48,9	-0,1
Produtividade	32,8	35,3	39,6	37,0	4,2
Gestão Orçamentária	43,7	44,4	44,7	46,1	2,4
Gestão de Recursos	73,8	73,6	72,8	73,3	-0,5
Gestão de Processos	40,9	42,1	45,4	42,9	2,1
IDJus	49,8	50,6	52,0	51,3	1,5

Tabela 19 - IDJus Brasil: Evolução dos indicadores, 2010 a 2013

Indicadores	IDJus 2010	IDJus 2011	IDJus 2012	IDJus 2013	Variação 2010 a 2013
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	90,96%	91,16%	90,26%	90,58%	-0,4%
Custo médio do Processo	R\$ 2.542,29	R\$ 2.389,60	R\$ 2.349,65	R\$ 2.369,73	-6,8%
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	62,22%	68,68%	62,98%	89,69%	44,1%
Arrecadação Média Processual	R\$ 1.487,99	R\$ 1.519,29	R\$ 1.338,70	R\$ 1.898,66	27,6%
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	83,47%	81,44%	74,93%	75,39%	-9,7%
Percentual de Servidores Efetivos	66,78%	68,29%	62,99%	62,70%	-6,1%
Percentual de Servidores da Área Judiciária	78,11%	77,09%	74,83%	79,71%	2,0%
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,56	0,57	0,51	0,61	-
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	1,18	1,19	1,06	0,98	-
Taxa de Igualdade de Servidor da área judiciária por Magistrado	1,86	1,86	1,88	1,53	-
Porte baseado em Tecnologia	16,45%	16,45%	16,73%	16,95%	3,0%
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	9,80%	9,80%	10,13%	9,55%	-2,6%
Porte baseado em Automação	17,46%	17,46%	17,61%	15,52%	-11,1%
Porte baseado em Governança de TI	15,35%	15,35%	16,02%	16,35%	6,5%
Porte baseado em Capacitação em TI	14,04%	14,04%	14,41%	15,06%	7,3%
Taxa de Congestionamento	63,63%	63,10%	62,03%	63,40%	-0,4%
Índice de Atraso	2,04	1,97	1,90	1,99	-2,7%
Taxa de Atendimento da Demanda	104,56%	102,09%	106,40%	102,62%	-1,9%
Produtividade Média por Magistrado	1.501	1.621	1.809	1.766	17,7%
Produtividade Média por Servidor	141	147	158	142	0,6%

JUSTIÇA ESTADUAL

O **IDJus da Justiça Estadual** ao longo do período examinado (2010-2014) apresentou quase uma estagnação (passou de **46,8** em **2010** para **46,9** em **2013**), apesar do ligeiro aumento ocorrido em 2011 e 2012.

Ressalte-se que se trata do ramo do Judiciário com maior volume de processos (74,2 milhões de processos tramitados em 2013)² e, por causa disso, o que mais impacta na imagem do Poder Judiciário perante a sociedade, principalmente em relação à morosidade da Justiça. Nesse aspecto, vale mencionar que a Taxa de Congestionamento, que vinha numa trajetória decrescente nos últimos anos, apresentou crescimento em 2013. De cada 100 processos que tramitaram na Justiça Estadual no ano de 2013, apenas 25 foram finalizados no mesmo período.

² De acordo com o Relatório Justiça em Números 2014. Para efeito de comparação, na Justiça do Trabalho, em 2012, tramitaram 7,8 milhões de processos e, na Justiça Federal, 11,4 milhões.

Os resultados apresentados mostram que os esforços de aumentar a produtividade dos magistrados e servidores, no intuito de acompanhar o crescimento da demanda processual (aumento médio anual de 5,07%), não surgiram efeitos duradouros. Após dois anos seguidos de crescimento, a produtividade apresentou queda em 2013. Como consequência, houve uma queda na Taxa de Atendimento da Demanda, que atingiu 93,3% (menos 4,5 pontos percentuais em relação a 2010), e o Índice de Atraso passou para 2 anos e 10 meses em 2013.

Por óbvio, ainda há muito no que se avançar no que diz respeito ao aprimoramento da gestão judiciária dos tribunais de justiça estaduais (principalmente no tema despesa da gestão orçamentária, que apresentou decréscimo de 4,4 pontos no quadriênio), mas, paralelamente, há que se fomentar a adoção de filtros pré-processuais que garantam a sustentabilidade dos serviços Judiciários da Justiça comum no médio e longo prazos. Prioritariamente, esforços precisam ser realizados em relação ao estímulo de soluções conciliatórias, bem como a altíssima taxa de congestionamento na fase de execução do 1º grau (88,4% em 2013) merece ser objeto de atenção especial das políticas judiciárias.

Em relação a indicadores individualizados de Recursos Humanos, destaca-se o fato de que, dentre cada quatro cargos de magistrado criados na Justiça Estadual, um desses cargos tem permanecido constantemente vago, com base na tendência verificada nos últimos quatro anos. Também se trata de um ramo do Judiciário que, em termos de força de trabalho, ainda encontra dificuldade para compor seu quadro de servidores efetivos (em 2013, 57,88% dos servidores eram efetivos, o que inclusive representou um decréscimo de 7,6% em relação à participação existente em 2010). Tais distorções sinalizam a necessidade de aprimoramento das políticas de seleção, recrutamento e gerenciamento de recursos humanos no Judiciário.

Gestão Orçamentária

Um perfil de desempenho bastante diversificado em termos de Gestão Orçamentária pode ser visualizado por meio dos resultados do IDJus. Um problema que demanda especial atenção é o aumento, verificado entre 2010 e 2013, no indicador despesa em recursos humanos sobre a despesa total em alguns tribunais: +31,2% no TJTO e +21,4% no TJCE. Alguns tribunais, contudo, tem apresentado melhor desempenho nesse indicador e pode-se tomar como exemplo o caso do TJBA e o TJPI, que conseguiram reduzir o indicador relativo à despesa em recursos humanos sobre a despesa total, 13,3% e 12,1%, respectivamente. No que refere ao custo do processo é interessante verificar a

diferença de resultados entre alguns tribunais: enquanto o TJSE apresentou o menor custo (R\$ 1.106,00), o TJPI apresentou um custo quase quatro vezes maior (R\$ 4.054,00). Ao longo do quadriênio analisado alguns Tribunais apresentaram queda significativa no custo do processo: TJTO (-35,5%), TJAP (-43,8%) e TJMA (-22,1%).

Gestão de Recursos

No que tange à gestão de recursos humanos, cabe pontuar bons resultados do TJDF em relação ao percentual de servidores efetivos em relação ao total de servidores (70,26% em 2013), e o fraco desempenho do TJRS (44,74% de servidores efetivos em 2013). Em relação ao percentual de cargos de magistrado ocupados, cabe mencionar o caso do TJPA, que alcançou, em 2013, o preenchimento de 98,17% das vagas. Por outro lado, o TJAC preencheu apenas 29,65% dos cargos de magistrados providos. No que concerne aos recursos tecnológicos, especificamente porte baseado em força de trabalho mínima e automação, no ano de 2013, destaque para o desempenho do TJDF, do TJSC, TJMT, TJPA, TJRJ e TJSE, os quais conseguiram as pontuações máximas em um desses índices.

Gestão de Processos

Em virtude da heterogeneidade de realidade da Justiça Estadual, diversos desempenhos em termos de gestão de processos foram encontrados. No que se refere à produtividade de servidor, enquanto o TJMA apresentou uma média de 70 processos por ano por servidor, a média do TJAM foi de 275 processos baixados por servidor. Cumpre destacar o desempenho do TJAM no quadriênio, que apresentou importantes ganhos de produtividade em relação a magistrados (+107,6%) e servidores (+89,7%), o que impactou de maneira bastante positiva sobre os indicadores relativos ao Índice de Atraso (redução de 28%) e Taxa de Congestionamento (redução de 9,4 pontos percentuais). A mesma diferença de desempenho também ocorre na produtividade dos magistrados: enquanto um magistrado do TJPI finaliza, em média, 549 processos, no TJRJ essa média sobe para 2920 processos por ano, em 2013. Esses resultados impactam realidades distintas no que refere ao índice de atraso dos tribunais. Apesar da média da Justiça Estadual ser de 2,8 anos, temos o TJSP com um índice de 4,5 anos e o TJAP com apenas 9,1 meses. Destaque para o TJAP, TJPB e TJES, que reduziram significativamente o Índice de Atraso de 2010 a 2013: -57%, -41,7% e -32,6%, respectivamente.

Tabela 20 – IDJus Justiça Estadual: Evolução 2010 a 2013

Temas, Dimensões e IDJus	IDJus 2010	IDJus 2011	IDJus 2012	IDJus 2013	Variação (em p.p.) 2010 a 2013
Despesas	58,5	56,6	55,0	54,2	-4,4
Receitas	37,2	38,0	36,9	39,5	2,2
RH	74,3	73,8	72,3	71,4	-2,9
Tecnologia	69,8	69,8	72,5	71,9	2,1
Litigiosidade	36,7	37,6	37,8	35,5	-1,2
Produtividade	30,5	32,4	34,5	33,8	3,3
Gestão Orçamentária	47,9	47,3	45,9	46,8	-1,1
Gestão de Recursos	72,1	71,8	72,4	71,7	-0,4
Gestão de Processos	33,6	35,0	36,1	34,6	1,0
IDJus	46,8	47,3	47,6	46,9	0,1

Tabela 21 – IDJus Justiça Estadual: Evolução dos indicadores, 2010 a 2013

Indicadores	IDJus 2010	IDJus 2011	IDJus 2012	IDJus 2013	Variação 2010 a 2013
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	86,13%	87,77%	87,95%	88,06%	2,2%
Custo médio do Processo	R\$ 1.662,44	R\$ 1.630,70	R\$ 1.742,43	R\$ 1.795,71	8,0%
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	37,08%	40,69%	34,54%	45,06%	21,5%
Arrecadação Média Processual	R\$ 616,46	R\$ 663,60	R\$ 601,78	R\$ 809,10	31,2%
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	76,09%	74,55%	72,04%	71,38%	-6,2%
Percentual de Servidores Efetivos	62,64%	62,55%	58,84%	57,88%	-7,6%
Percentual de Servidores da Área Judiciária	83,03%	83,06%	83,33%	81,83%	-1,4%
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,41	0,41	0,42	0,39	-
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,35	0,34	0,35	0,34	-
Taxa de Igualdade de Servidor da área judiciária por Magistrado	0,85	0,82	0,83	0,85	-
Porte baseado em Tecnologia	16,24%	16,24%	16,14%	16,33%	0,5%
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	9,63%	9,63%	10,36%	9,14%	-5,1%
Porte baseado em Automação	16,27%	16,27%	16,48%	14,86%	-8,7%
Porte baseado em Governança de TI	14,80%	14,80%	15,73%	16,46%	11,3%
Porte baseado em Capacitação em TI	12,89%	12,89%	13,73%	15,12%	17,4%
Taxa de Congestionamento	74,39%	73,71%	73,48%	74,50%	0,1%
Índice de Atraso	2,88	2,78	2,74	2,85	-1,1%
Taxa de Atendimento da Demanda	97,86%	97,40%	96,77%	93,32%	-4,6%
Produtividade Média por Magistrado	1.492	1.586	1.696	1.666	11,7%
Produtividade Média por Servidor	124	128	130	128	3,7%

JUSTIÇA FEDERAL

O **IDJus da Justiça Federal** apresentou um aumento relevante no triênio relativo aos anos-base 2010, 2011 e 2012, mas queda no ano de 2013, passando de **58,9 (2012)** para **57,4 (2013)**. Mesmo com essa queda de desempenho, a Justiça Federal foi a que alcançou o melhor desempenho ao longo dos anos, muito provavelmente porque foi a esfera que apresentou alguns dos melhores indicadores relativos à gestão de processos. Cabe destacar que, após um significativo aumento da produtividade na Justiça Federal no último triênio (cerca de 15% de aumento na produtividade dos magistrados e servidores), a Justiça Federal apresentou uma queda de produtividade de 8,3% em 2013. Esse decréscimo resultou em queda no percentual da Taxa de Atendimento da Demanda, que passou de 124,4% em 2012 para 112,5% em 2013.

Por outro lado, houve aumento contínuo no desempenho da **Gestão Orçamentária**, que passou de **48,9 (2010)** para **55,5 (2013)**. Tal aumento foi impulsionado, principalmente, pelo incremento de 70,9% no indicador Arrecadação Total em relação à Despesa Total (que passou de 118,0% em 2010 para 201,7% em 2013). Na Gestão de Recursos, houve aumento do indicador em 2013, após uma queda em 2012, passando de **71,6 (2012)** para **73,8 (2013)**. Esse melhor rendimento, no último ano, em relação à gestão de recursos, pode ser atribuído ao maior desempenho nos seguintes indicadores: Percentual de Servidores Efetivos (passou de 56,8% em 2012 para 58,2% em 2013); Percentual de Servidores da Área Judiciária (passou de 64,5% em 2012 para 80,2% em 2013) e Taxa de Igualdade Processual por Servidor (passou para 1,06 em 2013, o que equivale a uma carga de trabalho de servidores quase igual entre 2º grau e 1º grau). Cabe mencionar que tal igualdade não foi encontrada na carga de trabalho dos Magistrados. Em 2013, a carga de trabalho dos Magistrados de 2º grau foi 88% maior que a dos magistrados de 1º grau. Questões de alocação de cargos (e de distribuição entre 1ª e 2ª instâncias) precisam, portanto, receber maior atenção no âmbito da Justiça Federal.

Em 2013 o Tribunal Regional Federal da 5ª Região foi o mais bem colocado e o Tribunal Regional Federal da 3ª Região, que estava na liderança há 3 anos, ficou em segundo lugar. Ao longo do período, cumpre destacar o grande progresso apresentado pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, que passou de 50,9 (ano-base 2010) para 69,6 (ano-base 2013), em significativo aumento de 13,7 pontos em quatro anos.

Gestão Orçamentária

Nessa dimensão, os Tribunais Regionais Federais apresentaram desempenho irregular no quadriênio. Somente o Tribunal Regional Federal da 3ª Região não apresentou aumento no desempenho, apesar de apresentar o segundo melhor desempenho em 2013 (61,1). Destaque para o TRF da 1ª Região, que subiu de 33,2 (ano-base 2010) para 47,4 (ano-base 2013) e o TRF da 2ª Região, que subiu de 46,6 (ano-base 2010) para 69,3 (ano-base 2013), ambos em virtude de alto desempenho nos itens relativos às arrecadações. O TRF da 1ª Região, o TRF da 2ª Região e o TRF da 5ª Região apresentaram queda no custo médio do processo (-19%, -9,1% e -33,1%, respectivamente) enquanto que TRF da 3ª Região (que apresentou o segundo menor custo) e da 4ª Região apresentaram moderados aumentos de 10,4% e 4,3% nesse indicador. Vale mencionar a diferença do custo médio processual entre os Tribunais: enquanto no TRF da 5ª Região o custo foi de R\$ 1.569,44, no TRF da 2ª Região o custo foi 83% maior, o equivalente a R\$2.872,63.

Gestão de Recursos

Na média dos cinco Tribunais Regionais Federais, a Gestão de Recursos apresenta pequenas variações no quadriênio analisado, cabendo, particularmente, atentar para a queda no desempenho do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, que foi de 66,3 (ano-base 2010) para 58,8 (ano-base 2013), muito possivelmente pela queda no percentual de cargos de magistrados ocupados, que passou de 89,5% (ano-base 2010) para 68,8% (ano-base 2013). Diferente do que vinha ocorrendo nos últimos anos, em 2013 o tema Tecnologia sofreu decréscimos em quase todos os Tribunais Regionais Federais. Destaque apenas para o TRF da 4ª Região, que aumentou 3,6 pontos de 2012 a 2013, no tema tecnologia.

Gestão de Processos

Na Gestão Processual, os Tribunais Regionais Federais apresentaram desempenhos distintos. Destaque positivo para o progresso do TRF da 5ª Região, que avançou 24,3 pontos nessa dimensão no período de 2010 a 2013. E destaque negativo para o TRF da 3ª Região, que caiu 16,3 pontos no último ano, passando de 66,6 (ano-base 2012) para 50,3 (ano-base 2013). Cabe destacar que no caso do TRF da 5ª Região, o aumento da produtividade média dos magistrados desse Tribunal, em 25,3% no período avaliado, e dos servidores, em expressivos 73,4%, levando a uma redução no Índice de Atraso em 31,0% e na Taxa de Congestionamento em 26,7%. O TRF da 3ª Região, contudo, apresentou aumento de quase 10% na taxa de congestionamento no

último ano, com quedas acentuadas na produtividade de servidores (-20,0%) e magistrados (-23,0%).

Tabela 22 – IDJus Justiça Federal: Evolução 2010 a 2013

Temas, Dimensões e IDJus	IDJus 2010	IDJus 2011	IDJus 2012	IDJus 2013	Variação (em p.p.) 2010 a 2013
Despesas	44,7	46,7	48,7	47,1	2,4
Receitas	53,1	55,5	53,5	63,9	10,8
RH	71,1	72,2	63,3	71,3	0,2
Tecnologia	79,0	79,0	79,9	76,3	-2,7
Litigiosidade	47,8	47,0	54,2	49,5	1,7
Produtividade	43,8	48,2	58,8	50,6	6,7
Gestão Orçamentária	48,9	51,1	51,1	55,5	6,6
Gestão de Recursos	75,0	75,6	71,6	73,8	-1,2
Gestão de Processos	45,8	47,6	56,5	50,0	4,2
IDJus	53,9	55,5	58,9	57,4	3,4

Tabela 23 – IDJus Justiça Federal: Evolução dos indicadores, 2010 a 2013

Indicadores	IDJus 2010	IDJus 2011	IDJus 2012	IDJus 2013	Variação 2010 a 2013
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	91,27%	90,76%	90,68%	90,99%	-0,3%
Custo médio do Processo	R\$ 2.272,32	R\$ 2.137,34	R\$ 1.954,32	R\$ 2.063,39	-9,2%
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	118,01%	136,83%	126,04%	201,71%	70,9%
Arrecadação Média Processual	R\$ 2.681,59	R\$ 2.924,62	R\$ 2.463,31	R\$ 4.161,98	55,2%
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	87,10%	86,55%	69,55%	68,97%	-20,8%
Percentual de Servidores Efetivos	62,93%	68,57%	56,83%	58,23%	-7,5%
Percentual de Servidores da Área Judiciária	74,83%	71,09%	64,52%	80,20%	7,2%
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,89	0,95	0,76	1,06	-
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	2,48	2,49	2,10	1,88	-
Taxa de Igualdade de Servidor da área judiciária por Magistrado	2,79	2,63	2,75	1,77	-
Porte baseado em Tecnologia	17,31%	17,31%	18,13%	17,49%	1,0%
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	12,00%	12,00%	12,00%	12,00%	0,0%
Porte baseado em Automação	19,05%	19,05%	19,31%	16,51%	-13,3%
Porte baseado em Governança de TI	15,82%	15,82%	15,64%	15,82%	0,0%
Porte baseado em Capacitação em TI	14,79%	14,79%	14,87%	14,46%	-2,3%
Taxa de Congestionamento	68,55%	68,43%	65,45%	67,02%	-2,2%
Índice de Atraso	2,29	2,25	2,09	2,14	-6,4%
Taxa de Atendimento da Demanda	112,39%	108,50%	124,37%	112,46%	0,1%
Produtividade Média por Magistrado	1.906	2.122	2.565	2.435	27,7%
Produtividade Média por Servidor	181	190	221	169	-6,6%

JUSTIÇA DO TRABALHO

O IDJus da Justiça do Trabalho revela que esse foi o único ramo do Poder Judiciário brasileiro que não apresentou queda no desempenho no último ano. Cabe pontuar, também, que dentre as três esferas da Justiça, a Justiça do Trabalho é a que apresenta maior uniformidade de desempenho entre os tribunais, de modo que não existem grandes discrepâncias entre os tribunais com maior e menor pontuação no IDJus (a diferença ficou em torno de 10 pontos). Para efeito de comparação, na Justiça Estadual essa diferença costuma ser mais de 20 pontos.

A Justiça do Trabalho apresenta as menores taxas de congestionamento do Poder Judiciário (ao redor de 48,7%), apesar do aumento no último ano. Observa-se, contudo, que apesar dos ganhos de produtividade de servidores e magistrados na Justiça do Trabalho (cerca de 8% nos últimos quatro anos), esse incremento não foi capaz de impulsionar os indicadores de litigiosidade. A Gestão Orçamentária da Justiça do Trabalho é a que apresenta o desempenho mais baixo entre os três ramos da Justiça. O maior percentual de despesas com pessoal (ao redor de 92% da despesa total, apresentando sutil queda de 2,9% no período), o maior custo médio do processo (com queda de 12% no quadriênio) e a menor arrecadação em relação à despesa total (com queda de 29,4% no quadriênio) parecem constituir importantes gargalos nesse ramo do Judiciário.

Ao longo dos quatro anos avaliados, cabe apontar o bom desempenho do TRT da 2ª Região (São Paulo), que pelo quarto ano consecutivo encontra-se entre os quatro primeiros colocados (4º lugar - 2010, 1º lugar – 2011, 2º lugar 2012, 2º lugar 2013). Destaque, também, para TRT da 3ª Região (Minas Gerais) que alcançou a primeira posição no IDJus₂₀₁₃, passando de 49,3 (ano-base 2012) para 54,6 (ano-base 2013). Por outro lado, o TRT da 8ª Região (Pará e Amapá), que estava em primeiro colocado em 2012, caiu 10 posições esse ano, com IDJus passando de 53,1 (ano-base 2012) para 49,1 (ano-base 2013).

Gestão Orçamentária

Nessa dimensão, a maioria dos Tribunais Regionais do Trabalho apresentou desempenho insatisfatório. Vale destacar a diferença do custo do processo entre os Tribunais Regionais do Trabalho. Enquanto o TRT da 14ª Região revelou um custo médio por processo de R\$ 6.777,93, no TRT da 15ª Região esse custo foi de menos da metade, R\$ 2.101,91 por processo. Alerta para o resultado do TRT da 22ª Região, que apresentou um aumento expressivo no

último período (aumentou 91% de 2012 para 2013). No que tange às despesas com recursos humanos, apesar da queda de 2,9%, ainda há casos de tribunais que alocam quase a totalidade do orçamento para gastos com pessoal (por exemplo o TRT da 5ª Região, com um indicador de 97,69% de despesas com recursos humanos).

Gestão de Recursos

No que tange à gestão de recursos humanos e tecnologia, a Justiça do Trabalho tem apresentado sólido progresso nessas duas áreas. Como exemplo, a Justiça do Trabalho apresenta um adequado preenchimento dos cargos de magistrados, com média de quase 85% de cargos criados ocupados (vários Tribunais Regionais do Trabalho estão com mais de 90% das vagas preenchidas), ao longo dos quatro anos analisados. Para efeito de comparação, na média geral da Justiça Federal menos de 70% das vagas encontravam-se preenchidas em 2013, e na Justiça Estadual este mesmo indicador está em torno de 71%. No que tange a tecnologia, houve aproveitamento de mais de 75% em quatro dos cinco indicadores desse tema: Porte baseado em Tecnologia, Porte baseado em Automação, Porte baseado em Governança e Porte baseado em Capacitação.

Contudo, problemas podem ser visualizados no que tange aos indicadores de taxa de igualdade processual por servidores e magistrados, o que parece indicar uma inadequada distribuição de trabalho entre primeiro e segundo graus de jurisdição (com certa sobrecarga na primeira instância). Ao longo dos quatro anos, na média, a carga de trabalho do servidor no 2º Grau é menos de um terço da carga de trabalho do servidor do 1º grau.

Gestão de Processos

Na gestão processual, os Tribunais Regionais do Trabalho apresentaram desempenhos bastante variados. Pode-se observar, contudo, que uma parcela significativa dos tribunais apresentou crescimento nessa dimensão. A produtividade, diferente do ocorrido nos demais ramos de justiça, apresentou um ligeiro crescimento na Justiça do Trabalho. A título de exemplo, o primeiro colocado da Justiça do Trabalho, TRT da 3ª Região (MG), apresentou aumento de produtividade de magistrado e servidor, de 14,0% e 3,5%, respectivamente. Tal incremento de produtividade superou o crescimento da demanda processual e repercutiu na queda da Taxa de Congestionamento, que atingiu o menor índice da Justiça do Trabalho, 25,44%. O TRT da 2ª Região (SP) também apresentou aumento na produtividade de magistrados, ao redor de 20% no período, que acarretou em queda de 17,4% no Índice de Atraso. Em

contrapartida, o TRT da 8ª Região (PA e AP) apresentou queda de 15,1% e 20,3% na produtividade de magistrados e servidores, respectivamente, de modo que Taxa de Congestionamento subiu cinco pontos percentuais.

Tabela 24 – IDJus Justiça do Trabalho: Evolução 2010 a 2013

Temas, Dimensões e IDJus	IDJus 2010	IDJus 2011	IDJus 2012	IDJus 2013	Varição (em p.p.) 2010 a 2013
Despesas	28,5	31,0	35,3	35,1	6,6
Receitas	40,0	38,8	38,6	36,6	-3,4
RH	77,8	76,3	76,2	76,8	-1,0
Tecnologia	70,5	70,5	72,3	72,1	1,6
Litigiosidade	62,4	62,2	61,6	61,6	-0,8
Produtividade	23,9	25,3	25,4	26,6	2,6
Gestão Orçamentária	34,3	34,9	36,9	35,9	1,6
Gestão de Recursos	74,2	73,4	74,3	74,4	0,3
Gestão de Processos	43,2	43,7	43,5	44,1	0,9
IDJus	48,7	48,9	49,6	49,6	0,9

Tabela 25 – IDJus Justiça do Trabalho: Evolução dos indicadores, 2010 a 2013

Indicadores	IDJus 2010	IDJus 2011	IDJus 2012	IDJus 2013	Varição 2010 a 2013
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	95,48%	94,94%	92,16%	92,71%	-2,9%
Custo médio do Processo	R\$ 3.692,10	R\$ 3.400,75	R\$ 3.352,21	R\$ 3.250,08	-12,0%
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	31,58%	28,51%	28,37%	22,30%	-29,4%
Arrecadação Média Processual	R\$ 1.165,92	R\$ 969,66	R\$ 951,02	R\$ 724,91	-37,8%
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	87,21%	83,22%	83,18%	85,82%	-1,6%
Percentual de Servidores Efetivos	74,76%	73,75%	73,29%	71,99%	-3,7%
Percentual de Servidores da Área Judiciária	76,48%	77,13%	76,64%	77,09%	0,8%
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,37	0,35	0,36	0,36	-
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,72	0,74	0,74	0,72	-
Taxa de Igualdade de Servidor da área judiciária por Magistrado	1,95	2,13	2,06	1,99	-
Porte baseado em Tecnologia	15,79%	15,79%	15,91%	17,03%	7,8%
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	7,78%	7,78%	8,04%	7,50%	-3,6%
Porte baseado em Automação	17,06%	17,06%	17,03%	15,19%	-11,0%
Porte baseado em Governança de TI	15,43%	15,43%	16,69%	16,77%	8,7%
Porte baseado em Capacitação em TI	14,44%	14,44%	14,64%	15,60%	8,0%
Taxa de Congestionamento	47,95%	47,16%	47,16%	48,67%	1,5%
Índice de Atraso	0,95	0,90	0,87	0,97	1,5%
Taxa de Atendimento da Demanda	103,42%	100,36%	98,07%	102,09%	-1,3%
Produtividade Média por Magistrado	1.104	1.156	1.166	1.198	8,5%
Produtividade Média por Servidor	119	123	124	129	8,3%



5. Apêndice Estatístico

Nesta seção serão apresentados os resultados do IDJus de cada tribunal da Justiça Federal, da Justiça Estadual e da Justiça do Trabalho, seus respectivos consolidados (por justiça) e Brasil. Os dados estão desagregados por indicador, tema e dimensão, e em ordem alfanumérica.

5.1 Cálculo do IDJus₂₀₁₃ por Tribunal

5.1.1 Brasil

IDJus Brasil

Ano-base: 2013

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus		
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	90,58%	26,7	Despesas	45,5	Gestão Orçamentária	46,1	51,3		
Custo médio do Processo	R\$ 2.369,73	64,3							
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	89,69%	18,1	Receitas	46,7	Peso: 25%				
Arrecadação Média Processual	R\$ 1.898,66	75,2							
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	75,39%	65,0	Recursos Humanos	73,2	Gestão de Recursos	73,3			
Percentual de Servidores Efetivos	62,70%	37,6							
Percentual de Servidores da Área Judiciária	79,71%	69,4							
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,61	86,7							
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,98	88,8							
Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado	1,53	91,6							
Porte baseado em Tecnologia	16,95%	84,7	Tecnologia	73,4	Peso: 25%				
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	9,55%	47,7							
Porte baseado em Automação	15,52%	77,6							
Porte baseado em Governança de TI	16,35%	81,8							
Porte baseado em Capacitação em TI	15,06%	75,3							
Taxa de Congestionamento	63,40%	36,6	Litigiosidade	48,9	Gestão de Processos	42,9			
Índice de Atraso	1,99	60,5							
Taxa de Atendimento da Demanda	102,62%	49,5	Produtividade	37,0	Peso: 50%				
Produtividade Média por Magistrado	1.766	46,0							
Produtividade Média por Servidor	142	27,9							

5.1.2 Justiça Estadual

i. Justiça Estadual

IDJus Justiça Estadual

Ano-base: 2013

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus			
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	88,06%	33,8	Despesas	54,2	Gestão Orçamentária	46,8	46,9			
Custo médio do Processo	R\$ 1.795,71	74,5		Receitas				39,5	Peso: 25%	
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	45,06%	9,1	Recursos Humanos		71,4	Gestão de Recursos		71,7		
Arrecadação Média Processual	R\$ 809,10	69,8		Tecnologia					71,9	Peso: 25%
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	71,38%	59,3								
Percentual de Servidores Efetivos	57,88%	29,6								
Percentual de Servidores da Área Judiciária	81,83%	72,6								
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,39	81,3								
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,34	87,7	Litigiosidade	35,5	Gestão de Processos	34,6				
Taxa de Igualdade de Servidor da área judiciária por Magistrado	0,85	98,2						Produtividade	33,8	Peso: 50%
Porte baseado em Tecnologia	16,33%	81,6								
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	9,14%	45,7								
Porte baseado em Automação	14,86%	74,3								
Porte baseado em Governança de TI	16,46%	82,3								
Porte baseado em Capacitação em TI	15,12%	75,6								
Taxa de Congestionamento	74,50%	25,5								
Índice de Atraso	2,85	40,1								
Taxa de Atendimento da Demanda	93,32%	40,7								
Produtividade Média por Magistrado	1.666	42,9								
Produtividade Média por Servidor	128	24,6								

ii. TJ-Acre

IDJus TJ - Acre

Ano-base: 2013

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	86,63%	37,9	Despesas	57,5	Gestão Orçamentária	43,6	52,5
Custo médio do Processo	R\$ 1.689,83	77,1					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	13,55%	2,7	Receitas	29,7	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 228,90	56,6					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	29,65%	0,0	Recursos Humanos	60,0	Gestão de Recursos	60,3	
Percentual de Servidores Efetivos	67,38%	45,5					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	62,75%	43,7					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,49	84,2					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,40	89,0					
Taxa de Igualdade de Servidor da área judiciária por Magistrado	0,83	97,9	Tecnologia	60,6	Peso: 25%		
Porte baseado em Tecnologia	15,38%	76,9					
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	33,4					
Porte baseado em Automação	14,19%	71,0					
Porte baseado em Governança de TI	14,59%	73,0					
Porte baseado em Capacitação em TI	9,79%	49,0	Litigiosidade	70,6	Gestão de Processos	53,0	
Taxa de Congestionamento	40,81%	59,2					
Índice de Atraso	0,85	87,4					
Taxa de Atendimento da Demanda	119,60%	65,4	Produtividade	35,3	Peso: 50%		
Produtividade Média por Magistrado	1.850	48,6					
Produtividade Média por Servidor	118	22,0					

iii. TJ-Alagoas

IDJus TJ - Alagoas

Ano-base: 2013

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	84,78%	43,1	Despesas	60,0	Gestão Orçamentária	46,6	47,8
Custo médio do Processo	R\$ 1.696,47	76,9					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	22,14%	4,5	Receitas	33,1	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 375,66	61,8					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	61,26%	44,9	Recursos Humanos	64,1	Gestão de Recursos	64,3	
Percentual de Servidores Efetivos	48,56%	14,0					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	90,36%	85,4					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,09	71,7					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,20	85,1					
Taxa de Igualdade de Servidor da área judiciária por Magistrado	2,26	83,2					
Porte baseado em Tecnologia	17,31%	86,6	Tecnologia	64,5	Peso: 25%		
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	33,4					
Porte baseado em Automação	12,04%	60,2					
Porte baseado em Governança de TI	16,40%	82,0					
Porte baseado em Capacitação em TI	12,08%	60,4					
Taxa de Congestionamento	70,02%	30,0	Litigiosidade	51,4	Gestão de Processos	40,2	
Índice de Atraso	2,58	46,5					
Taxa de Atendimento da Demanda	132,72%	77,7					
Produtividade Média por Magistrado	1.412	35,1	Produtividade	29,0	Peso: 50%		
Produtividade Média por Servidor	121	22,8					

iv. TJ-Amazonas

IDJus TJ - Amazonas

Ano-base: 2013

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus	
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	93,86%	17,4	Despesas	47,6	Gestão Orçamentária	40,7	54,8	
Custo médio do Processo	R\$ 1.658,36	77,9						
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	24,42%	4,9	Receitas	33,8				
Arrecadação Média Processual	R\$ 405,05	62,6						
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	76,22%	66,2	Recursos Humanos	62,6	Gestão de Recursos	65,8		
Percentual de Servidores Efetivos	52,63%	20,8						
Percentual de Servidores da Área Judiciária	64,92%	47,0						
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,12	72,8						
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,29	86,9						
Taxa de Igualdade de Servidor da área judiciária por Magistrado	2,36	81,8						
Porte baseado em Tecnologia	14,87%	74,4	Tecnologia	69,0				Peso: 25%
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	33,4						
Porte baseado em Automação	15,48%	77,4						
Porte baseado em Governança de TI	15,32%	76,6						
Porte baseado em Capacitação em TI	16,67%	83,4						
Taxa de Congestionamento	67,92%	32,1	Litigiosidade	53,9	Gestão de Processos	56,3		
Índice de Atraso	2,37	51,6						
Taxa de Atendimento da Demanda	133,08%	78,0						
Produtividade Média por Magistrado	2.133	57,4	Produtividade	58,7			Peso: 50%	
Produtividade Média por Servidor	275	60,0						

v. TJ-Amapá

IDJus TJ - Amapá

Ano-base: 2013

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	92,14%	22,3	Despesas	49,2	Gestão Orçamentária	32,2	51,1
Custo médio do Processo	R\$ 1.731,71	76,1					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	1,08%	0,2	Receitas	15,2	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 18,68	30,2					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	63,30%	47,8	Recursos Humanos	63,3	Gestão de Recursos	64,5	
Percentual de Servidores Efetivos	46,19%	10,0					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	70,48%	55,4					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,36	80,2					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,32	87,4					
Taxa de Igualdade de Servidor da área judiciária por Magistrado	0,90	98,8					
Porte baseado em Tecnologia	16,03%	80,2	Tecnologia	65,7	Peso: 25%		
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	33,4					
Porte baseado em Automação	15,48%	77,4					
Porte baseado em Governança de TI	12,07%	60,4					
Porte baseado em Capacitação em TI	15,42%	77,1					
Taxa de Congestionamento	35,65%	64,4	Litigiosidade	75,0	Gestão de Processos	53,9	
Índice de Atraso	0,76	89,6					
Taxa de Atendimento da Demanda	125,74%	71,1					
Produtividade Média por Magistrado	1.631	41,8	Produtividade	32,7	Peso: 50%		
Produtividade Média por Servidor	124	23,6					

vi. TJ-Bahia

IDJus TJ - Bahia

Ano-base: 2013

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	86,81%	37,4	Despesas	45,4	Gestão Orçamentária	40,3	38,5
Custo médio do Processo	R\$ 2.967,12	53,4					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	19,47%	3,9	Receitas	35,1	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 577,56	66,3					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	69,43%	56,6	Recursos Humanos	72,0	Gestão de Recursos	73,1	
Percentual de Servidores Efetivos	70,11%	50,0					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	78,96%	68,2					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,21	75,5					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,30	86,9					
Taxa de Igualdade de Servidor da área judiciária por Magistrado	1,40	94,7					
Porte baseado em Tecnologia	16,92%	84,6	Tecnologia	74,2	Peso: 25%		
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	33,4					
Porte baseado em Automação	15,48%	77,4					
Porte baseado em Governança de TI	16,40%	82,0					
Porte baseado em Capacitação em TI	18,75%	93,8					
Taxa de Congestionamento	78,14%	21,9	Litigiosidade	25,1	Gestão de Processos	20,4	
Índice de Atraso	3,21	31,7					
Taxa de Atendimento da Demanda	73,11%	21,8					
Produtividade Média por Magistrado	913	19,6	Produtividade	15,7	Peso: 50%		
Produtividade Média por Servidor	75	11,8					

vii. TJ-Ceará

IDJus TJ - Ceará

Ano-base: 2013

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	94,65%	15,2	Despesas	40,3	Gestão Orçamentária	37,0	46,5
Custo médio do Processo	R\$ 2.227,18	65,5					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	19,88%	4,0	Receitas	33,8	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 442,72	63,5					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	81,30%	73,4	Recursos Humanos	73,6	Gestão de Recursos	76,7	
Percentual de Servidores Efetivos	57,43%	28,8					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	77,53%	66,1					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,50	84,8					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,45	90,0					
Taxa de Igualdade de Servidor da área judiciária por Magistrado	0,90	98,8					
Porte baseado em Tecnologia	16,41%	82,1	Tecnologia	79,8	Peso: 25%		
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	13,33%	66,7					
Porte baseado em Automação	14,19%	71,0					
Porte baseado em Governança de TI	18,20%	91,0					
Porte baseado em Capacitação em TI	17,71%	88,6					
Taxa de Congestionamento	70,12%	29,9	Litigiosidade	46,2	Gestão de Processos	36,1	
Índice de Atraso	2,46	49,3					
Taxa de Atendimento da Demanda	113,19%	59,4					
Produtividade Média por Magistrado	1.083	24,9	Produtividade	26,0	Peso: 50%		
Produtividade Média por Servidor	139	27,2					

viii. TJ-Distrito Federal

IDJus TJ - Distrito Federal

Ano-base: 2013

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	94,19%	16,4	Despesas	29,4	Gestão Orçamentária	32,0	50,4
Custo médio do Processo	R\$ 3.868,97	42,3					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	15,06%	3,0	Receitas	34,7	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 582,53	66,4					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	65,36%	50,8	Recursos Humanos	70,6	Gestão de Recursos	78,8	
Percentual de Servidores Efetivos	70,26%	50,3					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	72,54%	58,5					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,33	79,3					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,48	90,4					
Taxa de Igualdade de Servidor da área judiciária por Magistrado	1,44	94,3					
Porte baseado em Tecnologia	17,31%	86,6	Tecnologia	87,1	Peso: 25%		
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	20,00%	100,0					
Porte baseado em Automação	16,77%	83,9					
Porte baseado em Governança de TI	18,20%	91,0					
Porte baseado em Capacitação em TI	14,79%	74,0					
Taxa de Congestionamento	48,78%	51,2	Litigiosidade	65,7	Gestão de Processos	45,5	
Índice de Atraso	1,11	81,3					
Taxa de Atendimento da Demanda	118,71%	64,6	Produtividade	25,2	Peso: 50%		
Produtividade Média por Magistrado	1.404	34,8					
Produtividade Média por Servidor	91	15,6					

ix. TJ-Espírito Santo

IDJus TJ - Espírito Santo

Ano-base: 2013

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	85,89%	40,0	Despesas	53,2	Gestão Orçamentária	40,7	45,1
Custo médio do Processo	R\$ 2.180,61	66,4					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	8,80%	1,8	Receitas	28,2	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 191,88	54,7					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	55,36%	36,5	Recursos Humanos	67,9	Gestão de Recursos	67,1	
Percentual de Servidores Efetivos	51,75%	19,3					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	89,55%	84,2					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,40	81,6					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,63	93,4					
Taxa de Igualdade de Servidor da área judiciária por Magistrado	1,58	92,4					
Porte baseado em Tecnologia	17,18%	85,9	Tecnologia	66,4	Peso: 25%		
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	33,4					
Porte baseado em Automação	14,19%	71,0					
Porte baseado em Governança de TI	14,59%	73,0					
Porte baseado em Capacitação em TI	13,75%	68,8					
Taxa de Congestionamento	68,91%	31,1	Litigiosidade	47,1	Gestão de Processos	36,2	
Índice de Atraso	2,32	52,8					
Taxa de Atendimento da Demanda	111,02%	57,4					
Produtividade Média por Magistrado	1.304	31,7	Produtividade	25,3	Peso: 50%		
Produtividade Média por Servidor	105	18,9					

x. TJ-Goiás

IDJus TJ - Goiás

Ano-base: 2013

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus	
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	76,24%	67,3	Despesas	75,0	Gestão Orçamentária	54,7	55,0	
Custo médio do Processo	R\$ 1.480,75	82,6						
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	28,75%	5,8	Receitas	34,5				
Arrecadação Média Processual	R\$ 425,71	63,1						
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	70,00%	57,4	Recursos Humanos	67,9	Gestão de Recursos	65,9		
Percentual de Servidores Efetivos	46,98%	11,3						
Percentual de Servidores da Área Judiciária	84,49%	76,6						
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,25	76,7						
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,27	86,5						
Taxa de Igualdade de Servidor da área judiciária por Magistrado	1,10	98,9						
Porte baseado em Tecnologia	15,51%	77,6	Tecnologia	63,8				Peso: 25%
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	33,4						
Porte baseado em Automação	9,89%	49,5						
Porte baseado em Governança de TI	18,20%	91,0						
Porte baseado em Capacitação em TI	13,54%	67,7						
Taxa de Congestionamento	62,34%	37,7	Litigiosidade	55,4	Gestão de Processos	49,7		
Índice de Atraso	1,81	64,8						
Taxa de Atendimento da Demanda	117,72%	63,6						
Produtividade Média por Magistrado	2.070	55,4	Produtividade	44,0			Peso: 50%	
Produtividade Média por Servidor	162	32,6						

xi. TJ-Maranhão

IDJus TJ - Maranhão

Ano-base: 2013

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	78,66%	60,4	Despesas	54,8	Gestão Orçamentária	46,2	45,4
Custo médio do Processo	R\$ 3.281,13	49,2					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	24,87%	5,0	Receitas	37,5	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 815,91	69,9					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	66,67%	52,6	Recursos Humanos	65,8	Gestão de Recursos	70,8	
Percentual de Servidores Efetivos	58,61%	30,8					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	67,50%	50,9					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,30	78,3					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,49	90,6					
Taxa de Igualdade de Servidor da área judiciária por Magistrado	1,62	91,9					
Porte baseado em Tecnologia	18,59%	93,0	Tecnologia	75,7	Peso: 25%		
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	33,4					
Porte baseado em Automação	15,48%	77,4					
Porte baseado em Governança de TI	18,92%	94,6					
Porte baseado em Capacitação em TI	16,04%	80,2					
Taxa de Congestionamento	60,80%	39,2	Litigiosidade	47,1	Gestão de Processos	32,3	
Índice de Atraso	1,21	78,8					
Taxa de Atendimento da Demanda	74,79%	23,4					
Produtividade Média por Magistrado	1.074	24,6	Produtividade	17,5	Peso: 50%		
Produtividade Média por Servidor	70	10,5					

xii. TJ-Minas Gerais

IDJus TJ - Minas Gerais

Ano-base: 2013

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	92,27%	21,9	Despesas	44,0	Gestão Orçamentária Peso: 25%	42,3	45,8
Custo médio do Processo	R\$ 2.196,81	66,1					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	45,42%	9,2	Receitas	40,6			
Arrecadação Média Processual	R\$ 997,72	72,1					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	64,92%	50,1	Recursos Humanos	73,6	Gestão de Recursos Peso: 25%	72,0	
Percentual de Servidores Efetivos	55,72%	26,0					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	87,93%	81,8					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,68	90,4					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,65	93,7					
Taxa de Igualdade de Servidor da área judiciária por Magistrado	0,95	99,5					
Porte baseado em Tecnologia	17,05%	85,3	Tecnologia	70,4	Gestão de Recursos Peso: 25%	72,0	
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	33,4					
Porte baseado em Automação	15,48%	77,4					
Porte baseado em Governança de TI	15,32%	76,6					
Porte baseado em Capacitação em TI	15,83%	79,2					
Taxa de Congestionamento	71,24%	28,8	Litigiosidade	38,2	Gestão de Processos Peso: 50%	34,5	
Índice de Atraso	2,30	53,2					
Taxa de Atendimento da Demanda	84,73%	32,7					
Produtividade Média por Magistrado	1.548	39,3	Produtividade	30,8			
Produtividade Média por Servidor	119	22,3					

xiii. TJ-Mato Grosso do Sul

IDJus TJ - Mato Grosso do Sul

Ano-base: 2013

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	80,50%	55,2	Despesas	64,4	Gestão Orçamentária	48,9	50,6
Custo médio do Processo	R\$ 1.834,21	73,6					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	21,80%	4,4	Receitas	33,4	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 399,80	62,4					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	73,52%	62,4	Recursos Humanos	70,9	Gestão de Recursos	68,6	
Percentual de Servidores Efetivos	65,43%	42,2					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	68,41%	52,3					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,44	82,9					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,36	88,2					
Taxa de Igualdade de Servidor da área judiciária por Magistrado	0,82	97,7					
Porte baseado em Tecnologia	14,49%	72,5	Tecnologia	66,2	Peso: 25%		
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	33,4					
Porte baseado em Automação	15,48%	77,4					
Porte baseado em Governança de TI	14,59%	73,0					
Porte baseado em Capacitação em TI	15,00%	75,0					
Taxa de Congestionamento	62,67%	37,3	Litigiosidade	51,3	Gestão de Processos	42,5	
Índice de Atraso	1,70	67,3					
Taxa de Atendimento da Demanda	102,24%	49,1					
Produtividade Média por Magistrado	1.625	41,7	Produtividade	33,8	Peso: 50%		
Produtividade Média por Servidor	134	26,0					

xiv. TJ-Mato Grosso

IDJus TJ - Mato Grosso

Ano-base: 2013

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus	
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	86,88%	37,2	Despesas	48,9	Gestão Orçamentária	42,5	45,6	
Custo médio do Processo	R\$ 2.494,77	60,7						
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	24,82%	5,0	Receitas	36,0				
Arrecadação Média Processual	R\$ 619,28	67,0						
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	83,28%	76,2	Recursos Humanos	70,4	Gestão de Recursos	77,6		
Percentual de Servidores Efetivos	53,75%	22,7						
Percentual de Servidores da Área Judiciária	60,35%	40,1						
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	1,01	100,0						
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,47	90,2						
Taxa de Igualdade de Servidor da área judiciária por Magistrado	0,46	92,9						
Porte baseado em Tecnologia	17,05%	85,3	Tecnologia	84,8				Peso: 25%
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	13,33%	66,7						
Porte baseado em Automação	15,48%	77,4						
Porte baseado em Governança de TI	20,00%	100,0						
Porte baseado em Capacitação em TI	18,96%	94,8						
Taxa de Congestionamento	74,91%	25,1	Litigiosidade	34,9	Gestão de Processos	31,1		
Índice de Atraso	2,92	38,5						
Taxa de Atendimento da Demanda	93,79%	41,2						
Produtividade Média por Magistrado	1.301	31,6	Produtividade	27,4			Peso: 50%	
Produtividade Média por Servidor	122	23,1						

xv. TJ-Pará

IDJus TJ - Pará

Ano-base: 2013

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	90,64%	26,5	Despesas	48,0	Gestão Orçamentária	43,6	48,9
Custo médio do Processo	R\$ 2.021,13	69,6					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	40,75%	8,2	Receitas	39,1	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 823,71	70,0					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	98,17%	97,4	Recursos Humanos	68,3	Gestão de Recursos	70,8	
Percentual de Servidores Efetivos	50,67%	17,5					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	65,17%	47,4					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,17	74,2					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,35	87,9					
Taxa de Igualdade de Servidor da área judiciária por Magistrado	2,07	85,7					
Porte baseado em Tecnologia	14,49%	72,5	Tecnologia	73,3	Peso: 25%		
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	33,4					
Porte baseado em Automação	16,77%	83,9					
Porte baseado em Governança de TI	18,92%	94,6					
Porte baseado em Capacitação em TI	16,46%	82,3					
Taxa de Congestionamento	63,00%	37,0	Litigiosidade	58,2	Gestão de Processos	40,6	
Índice de Atraso	1,94	61,7					
Taxa de Atendimento da Demanda	130,64%	75,7					
Produtividade Média por Magistrado	1.012	22,7	Produtividade	23,1	Peso: 50%		
Produtividade Média por Servidor	124	23,4					

xvi. TJ-Paraíba

IDJus TJ - Paraíba

Ano-base: 2013

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	93,15%	19,4	Despesas	48,7	Gestão Orçamentária	37,7	47,3
Custo médio do Processo	R\$ 1.654,01	78,0					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	8,71%	1,8	Receitas	26,7	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 144,12	51,7					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	75,96%	65,8	Recursos Humanos	75,1	Gestão de Recursos	74,4	
Percentual de Servidores Efetivos	62,58%	37,4					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	79,82%	69,5					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,57	86,8					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,79	96,4					
Taxa de Igualdade de Servidor da área judiciária por Magistrado	1,39	94,9					
Porte baseado em Tecnologia	15,90%	79,5	Tecnologia	73,7	Peso: 25%		
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	33,4					
Porte baseado em Automação	16,77%	83,9					
Porte baseado em Governança de TI	16,40%	82,0					
Porte baseado em Capacitação em TI	17,92%	89,6					
Taxa de Congestionamento	60,36%	39,6	Litigiosidade	56,6	Gestão de Processos	38,6	
Índice de Atraso	1,66	68,3					
Taxa de Atendimento da Demanda	115,94%	62,0	Produtividade	20,5	Peso: 50%		
Produtividade Média por Magistrado	1.127	26,2					
Produtividade Média por Servidor	88	14,8					

xvii. TJ-Pernambuco

IDJus TJ - Pernambuco

Ano-base: 2013

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	89,05%	31,0	Despesas	57,2	Gestão Orçamentária	44,1	50,7
Custo médio do Processo	R\$ 1.454,46	83,4					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	18,27%	3,7	Receitas	30,9	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 265,76	58,1					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	55,56%	36,8	Recursos Humanos	69,3	Gestão de Recursos	72,0	
Percentual de Servidores Efetivos	64,23%	40,2					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	84,52%	76,6					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,34	79,6					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,25	86,1					
Taxa de Igualdade de Servidor da área judiciária por Magistrado	0,74	96,7					
Porte baseado em Tecnologia	15,77%	78,9	Tecnologia	74,6	Peso: 25%		
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	33,4					
Porte baseado em Automação	15,48%	77,4					
Porte baseado em Governança de TI	20,00%	100,0					
Porte baseado em Capacitação em TI	16,67%	83,4					
Taxa de Congestionamento	71,79%	28,2	Litigiosidade	54,1	Gestão de Processos	43,3	
Índice de Atraso	2,88	39,3					
Taxa de Atendimento da Demanda	151,06%	94,9					
Produtividade Média por Magistrado	1.736	45,1	Produtividade	32,5	Peso: 50%		
Produtividade Média por Servidor	109	20,0					

xviii. TJ-Piauí

IDJus TJ - Piauí

Ano-base: 2013

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	87,96%	34,1	Despesas	37,2	Gestão Orçamentária	35,3	33,9
Custo médio do Processo	R\$ 4.054,15	40,3					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	12,06%	2,4	Receitas	33,5	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 489,03	64,6					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	61,13%	44,8	Recursos Humanos	61,4	Gestão de Recursos	60,7	
Percentual de Servidores Efetivos	66,97%	44,8					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	75,42%	62,9					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	3,29	28,5					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,84	97,4					
Taxa de Igualdade de Servidor da área judiciária por Magistrado	0,26	90,1					
Porte baseado em Tecnologia	15,00%	75,0	Tecnologia	60,0	Peso: 25%		
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	33,4					
Porte baseado em Automação	11,18%	55,9					
Porte baseado em Governança de TI	11,71%	58,6					
Porte baseado em Capacitação em TI	15,42%	77,1					
Taxa de Congestionamento	74,04%	26,0	Litigiosidade	32,6	Gestão de Processos	19,8	
Índice de Atraso	2,53	47,7					
Taxa de Atendimento da Demanda	75,61%	24,1					
Produtividade Média por Magistrado	549	8,4	Produtividade	6,9	Peso: 50%		
Produtividade Média por Servidor	49	5,5					

xix. TJ-Paraná

IDJus TJ - Paraná

Ano-base: 2013

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	89,10%	30,9	Despesas	61,4	Gestão Orçamentária	46,9	54,0
Custo médio do Processo	R\$ 1.185,10	92,0					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	25,86%	5,2	Receitas	32,4	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 306,51	59,6					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	90,90%	87,1	Recursos Humanos	71,0	Gestão de Recursos	74,8	
Percentual de Servidores Efetivos	40,20%	0,0					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	82,42%	73,4					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,36	80,3					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,53	91,4					
Taxa de Igualdade de Servidor da área judiciária por Magistrado	1,46	93,9					
Porte baseado em Tecnologia	18,72%	93,6	Tecnologia	78,5	Peso: 25%		
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	13,33%	66,7					
Porte baseado em Automação	14,62%	73,1					
Porte baseado em Governança de TI	16,40%	82,0					
Porte baseado em Capacitação em TI	15,42%	77,1					
Taxa de Congestionamento	67,99%	32,0	Litigiosidade	51,4	Gestão de Processos	47,3	
Índice de Atraso	2,32	52,8					
Taxa de Atendimento da Demanda	123,77%	69,3					
Produtividade Média por Magistrado	1.671	43,1	Produtividade	43,2	Peso: 50%		
Produtividade Média por Servidor	206	43,2					

xx. TJ-Rio de Janeiro

IDJus TJ - Rio de Janeiro

Ano-base: 2013

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	85,45%	41,2	Despesas	62,2	Gestão Orçamentária	52,3	53,4
Custo médio do Processo	R\$ 1.464,79	83,1					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	65,32%	13,2	Receitas	42,4	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 956,83	71,6					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	76,74%	66,9	Recursos Humanos	71,0	Gestão de Recursos	77,9	
Percentual de Servidores Efetivos	55,31%	25,3					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	88,59%	82,8					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,21	75,6					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,09	83,0					
Taxa de Igualdade de Servidor da área judiciária por Magistrado	0,44	92,7					
Porte baseado em Tecnologia	17,18%	85,9	Tecnologia	84,8	Peso: 25%		
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	13,33%	66,7					
Porte baseado em Automação	16,77%	83,9					
Porte baseado em Governança de TI	20,00%	100,0					
Porte baseado em Capacitação em TI	17,50%	87,5					
Taxa de Congestionamento	78,92%	21,1	Litigiosidade	25,3	Gestão de Processos	41,7	
Índice de Atraso	3,54	23,9					
Taxa de Atendimento da Demanda	82,84%	30,9					
Produtividade Média por Magistrado	2.920	81,7	Produtividade	58,1	Peso: 50%		
Produtividade Média por Servidor	170	34,6					

xxi. TJ-Rio Grande do Norte

IDJus TJ - Rio Grande do Norte

Ano-base: 2013

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	93,91%	17,3	Despesas	36,3	Gestão Orçamentária	34,5	43,6
Custo médio do Processo	R\$ 2.833,08	55,4					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	14,36%	2,9	Receitas	32,8	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 406,78	62,6					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	62,76%	47,1	Recursos Humanos	69,7	Gestão de Recursos	71,0	
Percentual de Servidores Efetivos	48,08%	13,2					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	87,04%	80,4					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,70	91,0					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	1,23	96,1					
Taxa de Igualdade de Servidor da área judiciária por Magistrado	1,74	90,2					
Porte baseado em Tecnologia	13,21%	66,1	Tecnologia	72,3	Peso: 25%		
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	33,4					
Porte baseado em Automação	15,48%	77,4					
Porte baseado em Governança de TI	18,20%	91,0					
Porte baseado em Capacitação em TI	18,75%	93,8					
Taxa de Congestionamento	65,22%	34,8	Litigiosidade	48,8	Gestão de Processos	34,4	
Índice de Atraso	1,89	62,7					
Taxa de Atendimento da Demanda	102,01%	48,9					
Produtividade Média por Magistrado	1.079	24,8	Produtividade	20,0	Peso: 50%		
Produtividade Média por Servidor	89	15,2					

xxii. TJ-Rondônia

IDJus TJ - Rondônia

Ano-base: 2013

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	93,10%	19,6	Despesas	45,6	Gestão Orçamentária	40,1	47,6
Custo médio do Processo	R\$ 1.920,10	71,7					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	24,47%	4,9	Receitas	34,5	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 469,82	64,1					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	72,50%	60,9	Recursos Humanos	72,4	Gestão de Recursos	68,0	
Percentual de Servidores Efetivos	64,72%	41,0					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	82,32%	73,3					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,28	77,6					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,46	90,1					
Taxa de Igualdade de Servidor da área judiciária por Magistrado	1,66	91,2					
Porte baseado em Tecnologia	15,51%	77,6	Tecnologia	63,7	Peso: 25%		
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	33,4					
Porte baseado em Automação	15,48%	77,4					
Porte baseado em Governança de TI	14,59%	73,0					
Porte baseado em Capacitação em TI	11,46%	57,3					
Taxa de Congestionamento	56,60%	43,4	Litigiosidade	54,7	Gestão de Processos	41,2	
Índice de Atraso	1,26	77,8					
Taxa de Atendimento da Demanda	95,64%	42,9					
Produtividade Média por Magistrado	1.544	39,1	Produtividade	27,7	Peso: 50%		
Produtividade Média por Servidor	94	16,2					

xxiii. TJ-Roraima

IDJus TJ - Roraima

Ano-base: 2013

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	81,42%	52,6	Despesas	49,1	Gestão Orçamentária	36,3	41,2
Custo médio do Processo	R\$ 3.578,78	45,6					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	2,49%	0,5	Receitas	23,6	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 88,94	46,6					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	80,00%	71,6	Recursos Humanos	69,9	Gestão de Recursos	69,9	
Percentual de Servidores Efetivos	56,59%	27,4					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	64,04%	45,7					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,50	84,5					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,56	92,1					
Taxa de Igualdade de Servidor da área judiciária por Magistrado	1,13	98,4					
Porte baseado em Tecnologia	15,51%	77,6	Tecnologia	69,8	Peso: 25%		
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	13,33%	66,7					
Porte baseado em Automação	12,47%	62,4					
Porte baseado em Governança de TI	15,32%	76,6					
Porte baseado em Capacitação em TI	13,13%	65,7					
Taxa de Congestionamento	65,35%	34,6	Litigiosidade	42,8	Gestão de Processos	29,3	
Índice de Atraso	1,53	71,3					
Taxa de Atendimento da Demanda	73,75%	22,4	Produtividade	15,8	Peso: 50%		
Produtividade Média por Magistrado	900	19,2					
Produtividade Média por Servidor	77	12,3					

xxiv. TJ-Rio Grande do Sul

IDJus TJ - Rio Grande do Sul

Ano-base: 2013

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus	
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	87,00%	36,8	Despesas	63,4	Gestão Orçamentária	49,5	55,8	
Custo médio do Processo	R\$ 1.243,23	90,0						
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	36,49%	7,4	Receitas	35,6				
Arrecadação Média Processual	R\$ 453,71	63,8						
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	78,56%	69,5	Recursos Humanos	73,3	Gestão de Recursos	71,1		
Percentual de Servidores Efetivos	44,74%	7,6						
Percentual de Servidores da Área Judiciária	87,33%	80,9						
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,68	90,4						
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,60	92,7						
Taxa de Igualdade de Servidor da área judiciária por Magistrado	0,87	98,5						
Porte baseado em Tecnologia	16,54%	82,7	Tecnologia	68,9				Peso: 25%
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	33,4						
Porte baseado em Automação	16,77%	83,9						
Porte baseado em Governança de TI	16,40%	82,0						
Porte baseado em Capacitação em TI	12,50%	62,5						
Taxa de Congestionamento	62,47%	37,5	Litigiosidade	48,3	Gestão de Processos	51,3		
Índice de Atraso	1,54	71,2						
Taxa de Atendimento da Demanda	88,54%	36,3						
Produtividade Média por Magistrado	2.154	58,0	Produtividade	54,4			Peso: 50%	
Produtividade Média por Servidor	237	50,7						

xxv. TJ-Santa Catarina

IDJus TJ - Santa Catarina

Ano-base: 2013

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	86,74%	37,6	Despesas	59,3	Gestão Orçamentária	47,4	49,7
Custo médio do Processo	R\$ 1.539,11	81,0					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	31,63%	6,4	Receitas	35,4	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 486,88	64,5					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	73,98%	63,0	Recursos Humanos	67,5	Gestão de Recursos	76,1	
Percentual de Servidores Efetivos	46,24%	10,1					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	79,34%	68,8					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,52	85,3					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,22	85,5					
Taxa de Igualdade de Servidor da área judiciária por Magistrado	0,42	92,4					
Porte baseado em Tecnologia	17,69%	88,5	Tecnologia	84,7	Peso: 25%		
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	20,00%	100,0					
Porte baseado em Automação	15,49%	77,5					
Porte baseado em Governança de TI	18,20%	91,0					
Porte baseado em Capacitação em TI	13,33%	66,7					
Taxa de Congestionamento	73,23%	26,8	Litigiosidade	36,3	Gestão de Processos	37,6	
Índice de Atraso	2,61	45,9					
Taxa de Atendimento da Demanda	88,47%	36,2					
Produtividade Média por Magistrado	1.831	48,0	Produtividade	38,9	Peso: 50%		
Produtividade Média por Servidor	150	29,7					

xxvi. TJ-Sergipe

IDJus TJ - Sergipe

Ano-base: 2013

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	92,46%	21,4	Despesas	58,1	Gestão Orçamentária	40,4	54,2
Custo médio do Processo	R\$ 1.106,98	94,9					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	6,22%	1,3	Receitas	22,6	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 68,83	43,9					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	94,38%	92,0	Recursos Humanos	77,9	Gestão de Recursos	77,6	
Percentual de Servidores Efetivos	61,14%	35,0					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	76,36%	64,3					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,54	85,8					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,76	95,9					
Taxa de Igualdade de Servidor da área judiciária por Magistrado	1,41	94,6	Tecnologia	77,4	Peso: 25%		
Porte baseado em Tecnologia	15,00%	75,0					
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	13,33%	66,7					
Porte baseado em Automação	15,48%	77,4					
Porte baseado em Governança de TI	20,00%	100,0					
Porte baseado em Capacitação em TI	13,54%	67,7	Litigiosidade	56,9	Gestão de Processos	49,4	
Taxa de Congestionamento	64,77%	35,2					
Índice de Atraso	2,08	58,3					
Taxa de Atendimento da Demanda	132,27%	77,3	Produtividade	41,8	Peso: 50%		
Produtividade Média por Magistrado	2.130	57,3					
Produtividade Média por Servidor	136	26,4					

xxvii. TJ-São Paulo

IDJus TJ - São Paulo

Ano-base: 2013

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus	
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	87,04%	36,7	Despesas	56,7	Gestão Orçamentária	52,2	43,8	
Custo médio do Processo	R\$ 1.707,45	76,7						
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	92,21%	18,6	Receitas	47,7				
Arrecadação Média Processual	R\$ 1.574,50	76,9						
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	70,19%	57,6	Recursos Humanos	73,9	Gestão de Recursos	72,5		
Percentual de Servidores Efetivos	66,34%	43,7						
Percentual de Servidores da Área Judiciária	86,13%	79,1						
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,44	82,8						
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,25	86,0						
Taxa de Igualdade de Servidor da área judiciária por Magistrado	0,56	94,2						
Porte baseado em Tecnologia	19,36%	96,8	Tecnologia	71,1				Peso: 25%
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	33,4						
Porte baseado em Automação	16,77%	83,9						
Porte baseado em Governança de TI	14,59%	73,0						
Porte baseado em Capacitação em TI	13,75%	68,8						
Taxa de Congestionamento	82,42%	17,6	Litigiosidade	16,4	Gestão de Processos	25,2		
Índice de Atraso	4,46	2,1						
Taxa de Atendimento da Demanda	81,25%	29,4						
Produtividade Média por Magistrado	1.794	46,9	Produtividade	34,0				Peso: 50%
Produtividade Média por Servidor	114	21,1						

xxviii. TJ-Tocantins

IDJus TJ - Tocantins

Ano-base: 2013

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	92,44%	21,4	Despesas	42,3	Gestão Orçamentária	36,8	42,6
Custo médio do Processo	R\$ 2.347,79	63,3					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	13,50%	2,7	Receitas	31,4	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 317,04	60,0					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	84,35%	77,8	Recursos Humanos	69,7	Gestão de Recursos	65,2	
Percentual de Servidores Efetivos	50,14%	16,6					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	82,50%	73,6					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,22	75,7					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,48	90,4					
Taxa de Igualdade de Servidor da área judiciária por Magistrado	2,20	84,0					
Porte baseado em Tecnologia	16,92%	84,6	Tecnologia	60,8	Peso: 25%		
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	33,4					
Porte baseado em Automação	12,04%	60,2					
Porte baseado em Governança de TI	10,99%	55,0					
Porte baseado em Capacitação em TI	14,17%	70,9					
Taxa de Congestionamento	67,40%	32,6	Litigiosidade	47,0	Gestão de Processos	34,2	
Índice de Atraso	2,10	57,8					
Taxa de Atendimento da Demanda	103,73%	50,5					
Produtividade Média por Magistrado	1.119	26,0	Produtividade	21,3	Peso: 50%		
Produtividade Média por Servidor	96	16,7					

5.1.3 Justiça Federal

i. Justiça Federal

IDJus Justiça Federal

Ano-base: 2013

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	90,99%	25,5	Despesas	47,1	Gestão Orçamentária Peso: 25%	55,5	57,4
Custo médio do Processo	R\$ 2.063,39	68,7					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	201,71%	40,8	Receitas	63,9			
Arrecadação Média Processual	R\$ 4.161,98	87,1					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	68,97%	55,9	Recursos Humanos	71,3	Gestão de Recursos Peso: 25%	73,8	
Percentual de Servidores Efetivos	58,23%	30,2					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	80,20%	70,1					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	1,06	98,4					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	1,88	83,6					
Taxa de Igualdade de Servidor da área judiciária por Magistrado	1,77	89,9					
Porte baseado em Tecnologia	17,49%	87,4	Tecnologia	76,3			
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	12,00%	60,0					
Porte baseado em Automação	16,51%	82,6					
Porte baseado em Governança de TI	15,82%	79,1					
Porte baseado em Capacitação em TI	14,46%	72,3					
Taxa de Congestionamento	67,02%	33,0	Litigiosidade	49,5	Gestão de Processos Peso: 50%	50,0	
Índice de Atraso	2,14	56,9					
Taxa de Atendimento da Demanda	112,46%	58,7	Produtividade	50,6			
Produtividade Média por Magistrado	2.435	66,7					
Produtividade Média por Servidor	169	34,4					

ii. TRF 1ª Região

IDJus TRF 1ª Região

Ano-base: 2013

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	90,28%	27,5	Despesas	49,3	Gestão Orçamentária	47,4	52,1
Custo médio do Processo	R\$ 1.954,29	71,0					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	74,88%	15,1	Receitas	45,6	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 1.463,41	76,1					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	68,78%	55,6	Recursos Humanos	48,6	Gestão de Recursos	58,3	
Percentual de Servidores Efetivos	55,08%	24,9					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	86,30%	79,3					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	4,19	0,0					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	4,52	32,7					
Taxa de Igualdade de Servidor da área judiciária por Magistrado	1,08	99,1	Tecnologia	68,1	Peso: 25%		
Porte baseado em Tecnologia	17,56%	87,8					
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	33,4					
Porte baseado em Automação	16,77%	83,9					
Porte baseado em Governança de TI	14,59%	73,0					
Porte baseado em Capacitação em TI	12,50%	62,5	Litigiosidade	48,3	Gestão de Processos	51,2	
Taxa de Congestionamento	68,26%	31,7					
Índice de Atraso	2,26	54,0					
Taxa de Atendimento da Demanda	112,85%	59,1	Produtividade	54,2	Peso: 50%		
Produtividade Média por Magistrado	2.684	74,4					
Produtividade Média por Servidor	168	34,0					

iii. TRF 2ª Região

IDJus TRF 2ª Região

Ano-base: 2013

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus	
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	92,03%	22,6	Despesas	38,7	Gestão Orçamentária	69,3	57,6	
Custo médio do Processo	R\$ 2.872,63	54,8						
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	494,96%	100,0	Receitas	100,0				
Arrecadação Média Processual	R\$ 14.218,25	100,0						
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	75,94%	65,8	Recursos Humanos	69,2	Gestão de Recursos	76,8		
Percentual de Servidores Efetivos	61,02%	34,8						
Percentual de Servidores da Área Judiciária	71,00%	56,2						
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,34	79,5						
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,76	95,9						
Taxa de Igualdade de Servidor da área judiciária por Magistrado	2,27	83,1						
Porte baseado em Tecnologia	15,90%	79,5	Tecnologia	84,4				Peso: 25%
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	20,00%	100,0						
Porte baseado em Automação	15,48%	77,4						
Porte baseado em Governança de TI	18,20%	91,0						
Porte baseado em Capacitação em TI	14,79%	74,0						
Taxa de Congestionamento	68,35%	31,7	Litigiosidade	49,1	Gestão de Processos	42,1		
Índice de Atraso	2,30	53,1						
Taxa de Atendimento da Demanda	116,70%	62,7						
Produtividade Média por Magistrado	1.695	43,8	Produtividade	35,0			Peso: 50%	
Produtividade Média por Servidor	135	26,3						

iv. TRF 3ª Região

IDJus TRF 3ª Região

Ano-base: 2013

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus	
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	91,20%	24,9	Despesas	48,0	Gestão Orçamentária	61,1	58,2	
Custo médio do Processo	R\$ 1.951,43	71,0						
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	287,35%	58,1	Receitas	74,1				
Arrecadação Média Processual	R\$ 5.607,37	90,2						
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	62,34%	46,5	Recursos Humanos	70,2	Gestão de Recursos	71,2		
Percentual de Servidores Efetivos	59,70%	32,6						
Percentual de Servidores da Área Judiciária	82,03%	72,9						
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,58	87,3						
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	1,22	96,3						
Taxa de Igualdade de Servidor da área judiciária por Magistrado	2,08	85,6						
Porte baseado em Tecnologia	17,69%	88,5	Tecnologia	72,2				Peso: 25%
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	33,4						
Porte baseado em Automação	16,77%	83,9						
Porte baseado em Governança de TI	14,59%	73,0						
Porte baseado em Capacitação em TI	16,46%	82,3						
Taxa de Congestionamento	71,95%	28,0	Litigiosidade	44,2	Gestão de Processos	50,3		
Índice de Atraso	2,69	43,9						
Taxa de Atendimento da Demanda	114,41%	60,5						
Produtividade Média por Magistrado	2.740	76,1	Produtividade	56,5			Peso: 50%	
Produtividade Média por Servidor	179	36,8						

v. TRF 4ª Região

IDJus TRF 4ª Região

Ano-base: 2013

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	90,47%	27,0	Despesas	45,3	Gestão Orçamentária	51,3	53,8
Custo médio do Processo	R\$ 2.331,91	63,6					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	147,06%	29,7	Receitas	57,4	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 3.429,30	85,0					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	81,01%	73,0	Recursos Humanos	75,0	Gestão de Recursos	80,5	
Percentual de Servidores Efetivos	65,32%	42,0					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	77,28%	65,7					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,86	96,0					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	1,73	86,5					
Taxa de Igualdade de Servidor da área judiciária por Magistrado	2,00	86,6					
Porte baseado em Tecnologia	18,97%	94,9	Tecnologia	86,0	Peso: 25%		
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	20,00%	100,0					
Porte baseado em Automação	16,77%	83,9					
Porte baseado em Governança de TI	18,20%	91,0					
Porte baseado em Capacitação em TI	12,08%	60,4					
Taxa de Congestionamento	68,61%	31,4	Litigiosidade	42,4	Gestão de Processos	41,7	
Índice de Atraso	2,07	58,5					
Taxa de Atendimento da Demanda	89,74%	37,4					
Produtividade Média por Magistrado	1.856	48,8	Produtividade	41,0	Peso: 50%		
Produtividade Média por Servidor	164	33,2					

vi. TRF 5ª Região

IDJus TRF 5ª Região

Ano-base: 2013

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus	
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	91,64%	23,7	Despesas	51,9	Gestão Orçamentária	44,6	64,6	
Custo médio do Processo	R\$ 1.569,44	80,2						
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	38,85%	7,8	Receitas	37,4				
Arrecadação Média Processual	R\$ 609,74	66,9						
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	56,29%	37,9	Recursos Humanos	66,2	Gestão de Recursos	68,5		
Percentual de Servidores Efetivos	50,78%	17,7						
Percentual de Servidores da Área Judiciária	79,83%	69,5						
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	1,16	95,4						
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	1,83	84,5						
Taxa de Igualdade de Servidor da área judiciária por Magistrado	1,58	92,3						
Porte baseado em Tecnologia	17,31%	86,6	Tecnologia	70,7				Peso: 25%
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	33,4						
Porte baseado em Automação	16,77%	83,9						
Porte baseado em Governança de TI	13,51%	67,6						
Porte baseado em Capacitação em TI	16,46%	82,3						
Taxa de Congestionamento	44,40%	55,6	Litigiosidade	74,6	Gestão de Processos	72,7		
Índice de Atraso	1,09	81,7						
Taxa de Atendimento da Demanda	142,05%	86,4						
Produtividade Média por Magistrado	3.511	100,0	Produtividade	70,9			Peso: 50%	
Produtividade Média por Servidor	200	41,8						

5.1.4 Justiça do Trabalho

i. Justiça do Trabalho

IDJus Justiça do Trabalho

Ano-base: 2013

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	92,71%	20,6	Despesas	35,1	Gestão Orçamentária Peso: 25%	35,9	49,6
Custo médio do Processo	R\$ 3.250,08	49,6					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	22,30%	4,5	Receitas	36,6			
Arrecadação Média Processual	R\$ 724,91	68,7					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	85,82%	79,8	Recursos Humanos	76,8	Gestão de Recursos Peso: 25%	74,4	
Percentual de Servidores Efetivos	71,99%	53,2					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	77,09%	65,4					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,36	80,3					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,72	95,1					
Taxa de Igualdade de Servidor da área judiciária por Magistrado	1,99	86,9					
Porte baseado em Tecnologia	17,03%	85,1	Tecnologia	72,1			
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	7,50%	37,5					
Porte baseado em Automação	15,19%	76,0					
Porte baseado em Governança de TI	16,77%	83,9					
Porte baseado em Capacitação em TI	15,60%	78,0					
Taxa de Congestionamento	48,67%	51,3	Litigiosidade	61,6	Gestão de Processos Peso: 50%	44,1	
Índice de Atraso	0,97	84,6					
Taxa de Atendimento da Demanda	102,09%	49,0	Produtividade	26,6			
Produtividade Média por Magistrado	1.198	28,4					
Produtividade Média por Servidor	129	24,7					

ii. TRT 1ª Região – Rio de Janeiro

IDJus TRT 01ª Região

Ano-base: 2013

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	97,66%	6,6	Despesas	26,6	Gestão Orçamentária	32,0	51,8
Custo médio do Processo	R\$ 3.491,77	46,6					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	23,75%	4,8	Receitas	37,5	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 829,16	70,1					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	82,37%	74,9	Recursos Humanos	76,0	Gestão de Recursos	75,0	
Percentual de Servidores Efetivos	70,65%	50,9					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	76,57%	64,6					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,40	81,5					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,77	96,0					
Taxa de Igualdade de Servidor da área judiciária por Magistrado	1,92	87,8					
Porte baseado em Tecnologia	17,95%	89,8	Tecnologia	74,1	Peso: 25%		
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	33,4					
Porte baseado em Automação	15,48%	77,4					
Porte baseado em Governança de TI	18,20%	91,0					
Porte baseado em Capacitação em TI	15,83%	79,2					
Taxa de Congestionamento	36,81%	63,2	Litigiosidade	70,4	Gestão de Processos	50,1	
Índice de Atraso	0,67	91,6					
Taxa de Atendimento da Demanda	110,11%	56,5	Produtividade	29,7	Peso: 50%		
Produtividade Média por Magistrado	1.396	34,6					
Produtividade Média por Servidor	130	24,9					

iii. TRT 2ª Região – São Paulo

IDJus TRT 02ª Região

Ano-base: 2013

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	93,65%	18,0	Despesas	40,5	Gestão Orçamentária	36,9	53,3
Custo médio do Processo	R\$ 2.361,69	63,0					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	17,87%	3,6	Receitas	33,3	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 422,05	63,0					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	60,11%	43,3	Recursos Humanos	76,0	Gestão de Recursos	74,5	
Percentual de Servidores Efetivos	85,21%	75,3					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	83,57%	75,2					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,30	78,3					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,43	89,4					
Taxa de Igualdade de Servidor da área judiciária por Magistrado	1,42	94,5					
Porte baseado em Tecnologia	17,82%	89,1	Tecnologia	73,0	Peso: 25%		
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	33,4					
Porte baseado em Automação	15,48%	77,4					
Porte baseado em Governança de TI	18,20%	91,0					
Porte baseado em Capacitação em TI	14,79%	74,0					
Taxa de Congestionamento	46,39%	53,6	Litigiosidade	61,6	Gestão de Processos	50,9	
Índice de Atraso	0,82	88,1					
Taxa de Atendimento da Demanda	95,73%	43,0					
Produtividade Média por Magistrado	1.779	46,4	Produtividade	40,3	Peso: 50%		
Produtividade Média por Servidor	168	34,1					

iv. TRT 3ª Região – Minas Gerais

IDJus TRT 03ª Região

Ano-base: 2013

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	95,26%	13,4	Despesas	34,5	Gestão Orçamentária	36,3	54,6
Custo médio do Processo	R\$ 2.822,83	55,5					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	30,03%	6,1	Receitas	38,2	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 847,60	70,3					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	86,92%	81,4	Recursos Humanos	78,0	Gestão de Recursos	71,4	
Percentual de Servidores Efetivos	70,95%	51,4					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	82,45%	73,5					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,55	86,2					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	1,32	94,3					
Taxa de Igualdade de Servidor da área judiciária por Magistrado	2,41	81,2					
Porte baseado em Tecnologia	15,64%	78,2	Tecnologia	64,9	Peso: 25%		
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	33,4					
Porte baseado em Automação	15,48%	77,4					
Porte baseado em Governança de TI	14,59%	73,0					
Porte baseado em Capacitação em TI	12,50%	62,5					
Taxa de Congestionamento	25,44%	74,6	Litigiosidade	77,4	Gestão de Processos	55,3	
Índice de Atraso	0,47	96,4					
Taxa de Atendimento da Demanda	115,15%	61,2					
Produtividade Média por Magistrado	1.503	37,9	Produtividade	33,2	Peso: 50%		
Produtividade Média por Servidor	145	28,6					

v. TRT 4ª Região – Rio Grande do Sul

IDJus TRT 04ª Região

Ano-base: 2013

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	92,57%	21,0	Despesas	29,3	Gestão Orçamentária	34,8	47,8
Custo médio do Processo	R\$ 4.327,49	37,6					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	29,26%	5,9	Receitas	40,2	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 1.266,43	74,6					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	94,24%	91,8	Recursos Humanos	83,2	Gestão de Recursos	80,3	
Percentual de Servidores Efetivos	80,68%	67,7					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	80,57%	70,6					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,45	83,1					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,84	97,4					
Taxa de Igualdade de Servidor da área judiciária por Magistrado	1,86	88,6					
Porte baseado em Tecnologia	19,36%	96,8	Tecnologia	77,3	Peso: 25%		
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	33,4					
Porte baseado em Automação	15,48%	77,4					
Porte baseado em Governança de TI	20,00%	100,0					
Porte baseado em Capacitação em TI	15,83%	79,2					
Taxa de Congestionamento	54,78%	45,2	Litigiosidade	56,6	Gestão de Processos	38,1	
Índice de Atraso	1,19	79,4					
Taxa de Atendimento da Demanda	98,01%	45,1					
Produtividade Média por Magistrado	982	21,7	Produtividade	19,6	Peso: 50%		
Produtividade Média por Servidor	99	17,5					

vi. TRT 5ª Região - Bahia

IDJus TRT 05ª Região

Ano-base: 2013

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	97,69%	6,5	Despesas	23,3	Gestão Orçamentária	29,4	43,7
Custo médio do Processo	R\$ 4.070,96	40,1					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	15,98%	3,2	Receitas	35,4	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 650,58	67,6					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	92,99%	90,0	Recursos Humanos	79,8	Gestão de Recursos	77,4	
Percentual de Servidores Efetivos	68,76%	47,8					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	80,05%	69,9					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,47	83,6					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,78	96,1					
Taxa de Igualdade de Servidor da área judiciária por Magistrado	1,66	91,3					
Porte baseado em Tecnologia	18,21%	91,1	Tecnologia	74,9	Peso: 25%		
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	33,4					
Porte baseado em Automação	15,48%	77,4					
Porte baseado em Governança de TI	20,00%	100,0					
Porte baseado em Capacitação em TI	14,58%	72,9					
Taxa de Congestionamento	63,30%	36,7	Litigiosidade	48,9	Gestão de Processos	34,0	
Índice de Atraso	1,67	68,1					
Taxa de Atendimento da Demanda	94,45%	41,8					
Produtividade Média por Magistrado	954	20,9	Produtividade	19,2	Peso: 50%		
Produtividade Média por Servidor	99	17,5					

vii. TRT 6ª Região – Pernambuco

IDJus TRT 06ª Região

Ano-base: 2013

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus	
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	94,82%	14,7	Despesas	32,8	Gestão Orçamentária	33,1	51,2	
Custo médio do Processo	R\$ 3.154,06	50,9						
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	14,47%	2,9	Receitas	33,4				
Arrecadação Média Processual	R\$ 456,43	63,8						
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	87,42%	82,1	Recursos Humanos	70,3	Gestão de Recursos	71,4		
Percentual de Servidores Efetivos	70,25%	50,2						
Percentual de Servidores da Área Judiciária	58,25%	36,9						
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,26	76,9						
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,58	92,4						
Taxa de Igualdade de Servidor da área judiciária por Magistrado	2,27	83,1						
Porte baseado em Tecnologia	17,95%	89,8	Tecnologia	72,6				Peso: 25%
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	33,4						
Porte baseado em Automação	13,33%	66,7						
Porte baseado em Governança de TI	18,20%	91,0						
Porte baseado em Capacitação em TI	16,46%	82,3						
Taxa de Congestionamento	41,41%	58,6	Litigiosidade	67,3	Gestão de Processos	50,2		
Índice de Atraso	0,78	89,2						
Taxa de Atendimento da Demanda	107,58%	54,1						
Produtividade Média por Magistrado	1.321	32,3	Produtividade	33,0			Peso: 50%	
Produtividade Média por Servidor	167	33,8						

viii. TRT 7ª Região - Ceará

IDJus TRT 07ª Região

Ano-base: 2013

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	94,27%	16,2	Despesas	30,9	Gestão Orçamentária	31,0	44,9
Custo médio do Processo	R\$ 3.574,81	45,6					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	9,01%	1,8	Receitas	31,0	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 322,07	60,2					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	90,36%	86,3	Recursos Humanos	68,6	Gestão de Recursos	70,1	
Percentual de Servidores Efetivos	57,53%	29,0					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	69,25%	53,5					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,13	73,1					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,31	87,2					
Taxa de Igualdade de Servidor da área judiciária por Magistrado	2,30	82,6					
Porte baseado em Tecnologia	16,79%	84,0	Tecnologia	71,6	Peso: 25%		
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	33,4					
Porte baseado em Automação	14,19%	71,0					
Porte baseado em Governança de TI	16,40%	82,0					
Porte baseado em Capacitação em TI	17,50%	87,5					
Taxa de Congestionamento	56,66%	43,3	Litigiosidade	55,9	Gestão de Processos	39,2	
Índice de Atraso	1,32	76,4					
Taxa de Atendimento da Demanda	100,85%	47,8	Produtividade	22,5	Peso: 50%		
Produtividade Média por Magistrado	1.086	25,0					
Produtividade Média por Servidor	110	20,0					

ix. TRT 8ª Região – Pará e Amapá

IDJus TRT 08ª Região

Ano-base: 2013

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	88,26%	33,3	Despesas	33,7	Gestão Orçamentária	35,1	49,1
Custo médio do Processo	R\$ 4.690,78	34,2					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	16,62%	3,4	Receitas	36,4	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 779,82	69,5					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	89,52%	85,1	Recursos Humanos	79,8	Gestão de Recursos	76,7	
Percentual de Servidores Efetivos	73,15%	55,1					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	78,74%	67,9					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,41	81,7					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,42	89,4					
Taxa de Igualdade de Servidor da área judiciária por Magistrado	1,04	99,6					
Porte baseado em Tecnologia	16,15%	80,8	Tecnologia	73,7	Peso: 25%		
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	33,4					
Porte baseado em Automação	15,48%	77,4					
Porte baseado em Governança de TI	18,92%	94,6					
Porte baseado em Capacitação em TI	16,46%	82,3					
Taxa de Congestionamento	34,74%	65,3	Litigiosidade	67,3	Gestão de Processos	42,2	
Índice de Atraso	0,45	96,9					
Taxa de Atendimento da Demanda	92,36%	39,8					
Produtividade Média por Magistrado	836	17,3	Produtividade	17,1	Peso: 50%		
Produtividade Média por Servidor	96	16,9					

x. TRT 9ª Região - Paraná

IDJus TRT 09ª Região

Ano-base: 2013

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	87,01%	36,8	Despesas	39,4	Gestão Orçamentária	41,1	49,9
Custo médio do Processo	R\$ 3.900,85	41,9					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	42,07%	8,5	Receitas	42,9	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 1.641,01	77,3					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	96,73%	95,4	Recursos Humanos	85,4	Gestão de Recursos	81,0	
Percentual de Servidores Efetivos	76,36%	60,5					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	80,94%	71,2					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,70	90,8					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,90	98,5					
Taxa de Igualdade de Servidor da área judiciária por Magistrado	1,29	96,2					
Porte baseado em Tecnologia	19,23%	96,2	Tecnologia	76,5	Peso: 25%		
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	33,4					
Porte baseado em Automação	15,48%	77,4					
Porte baseado em Governança de TI	16,40%	82,0					
Porte baseado em Capacitação em TI	18,75%	93,8					
Taxa de Congestionamento	51,84%	48,2	Litigiosidade	58,4	Gestão de Processos	38,8	
Índice de Atraso	1,05	82,8					
Taxa de Atendimento da Demanda	97,07%	44,3					
Produtividade Média por Magistrado	927	20,0	Produtividade	19,2	Peso: 50%		
Produtividade Média por Servidor	103	18,4					

xi. TRT 10ª Região – Distrito Federal e Tocantins

IDJus TRT 10ª Região

Ano-base: 2013

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	91,97%	22,8	Despesas	27,6	Gestão Orçamentária	32,0	44,5
Custo médio do Processo	R\$ 4.889,83	32,4					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	16,16%	3,3	Receitas	36,4	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 790,21	69,6					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	88,57%	83,8	Recursos Humanos	70,5	Gestão de Recursos	70,9	
Percentual de Servidores Efetivos	57,25%	28,5					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	75,13%	62,4					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,21	75,5					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,50	90,9					
Taxa de Igualdade de Servidor da área judiciária por Magistrado	2,38	81,6					
Porte baseado em Tecnologia	17,31%	86,6	Tecnologia	71,3	Peso: 25%		
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	33,4					
Porte baseado em Automação	15,48%	77,4					
Porte baseado em Governança de TI	16,40%	82,0					
Porte baseado em Capacitação em TI	15,42%	77,1					
Taxa de Congestionamento	54,49%	45,5	Litigiosidade	56,2	Gestão de Processos	37,5	
Índice de Atraso	1,15	80,4					
Taxa de Atendimento da Demanda	95,27%	42,6					
Produtividade Média por Magistrado	935	20,3	Produtividade	18,9	Peso: 50%		
Produtividade Média por Servidor	99	17,5					

xii. TRT 11ª Região – Amazonas e Roraima

IDJus TRT 11ª Região

Ano-base: 2013

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	87,34%	35,8	Despesas	35,6	Gestão Orçamentária	34,3	50,6
Custo médio do Processo	R\$ 4.553,44	35,4					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	10,19%	2,1	Receitas	33,0	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 464,18	64,0					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	93,59%	90,9	Recursos Humanos	68,6	Gestão de Recursos	71,9	
Percentual de Servidores Efetivos	70,85%	51,3					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	55,33%	32,5					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,24	76,5					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,95	99,6					
Taxa de Igualdade de Servidor da área judiciária por Magistrado	3,92	60,8	Tecnologia	75,2	Peso: 25%		
Porte baseado em Tecnologia	15,77%	78,9					
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	33,4					
Porte baseado em Automação	15,48%	77,4					
Porte baseado em Governança de TI	20,00%	100,0					
Porte baseado em Capacitação em TI	17,29%	86,5	Litigiosidade	71,3	Gestão de Processos	48,2	
Taxa de Congestionamento	31,98%	68,0					
Índice de Atraso	0,50	95,6					
Taxa de Atendimento da Demanda	103,44%	50,2	Produtividade	25,0	Peso: 50%		
Produtividade Média por Magistrado	1.082	24,8					
Produtividade Média por Servidor	131	25,2					

xiii. TRT 12ª Região – Santa Catarina

IDJus TRT 12ª Região

Ano-base: 2013

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	94,25%	16,3	Despesas	27,7	Gestão Orçamentária	31,5	45,6
Custo médio do Processo	R\$ 4.182,16	39,0					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	15,43%	3,1	Receitas	35,3	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 645,31	67,5					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	95,52%	93,6	Recursos Humanos	79,3	Gestão de Recursos	73,7	
Percentual de Servidores Efetivos	81,30%	68,7					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	75,26%	62,6					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,26	77,0					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,65	93,7					
Taxa de Igualdade de Servidor da área judiciária por Magistrado	2,51	79,9					
Porte baseado em Tecnologia	15,13%	75,7	Tecnologia	68,2	Peso: 25%		
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	33,4					
Porte baseado em Automação	13,33%	66,7					
Porte baseado em Governança de TI	16,40%	82,0					
Porte baseado em Capacitação em TI	16,67%	83,4					
Taxa de Congestionamento	55,24%	44,8	Litigiosidade	56,3	Gestão de Processos	38,6	
Índice de Atraso	1,22	78,8					
Taxa de Atendimento da Demanda	98,26%	45,4					
Produtividade Média por Magistrado	980	21,7	Produtividade	20,9	Peso: 50%		
Produtividade Média por Servidor	110	20,1					

xiv. TRT 13ª Região - Paraíba

IDJus TRT 13ª Região

Ano-base: 2013

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus	
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	84,76%	43,2	Despesas	34,7	Gestão Orçamentária	33,9	45,0	
Custo médio do Processo	R\$ 5.673,44	26,2						
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	8,62%	1,7	Receitas	33,1				
Arrecadação Média Processual	R\$ 489,17	64,6						
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	95,71%	93,9	Recursos Humanos	77,4	Gestão de Recursos	69,0		
Percentual de Servidores Efetivos	79,78%	66,2						
Percentual de Servidores da Área Judiciária	73,61%	60,1						
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,32	79,1						
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	1,13	98,0						
Taxa de Igualdade de Servidor da área judiciária por Magistrado	3,46	67,0						
Porte baseado em Tecnologia	14,23%	71,2	Tecnologia	60,6				Peso: 25%
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	33,4						
Porte baseado em Automação	15,48%	77,4						
Porte baseado em Governança de TI	11,71%	58,6						
Porte baseado em Capacitação em TI	12,50%	62,5						
Taxa de Congestionamento	42,29%	57,7	Litigiosidade	61,8	Gestão de Processos	38,6		
Índice de Atraso	0,57	94,1						
Taxa de Atendimento da Demanda	85,73%	33,6						
Produtividade Média por Magistrado	857	17,9	Produtividade	15,4				Peso: 50%
Produtividade Média por Servidor	80	12,9						

xv. TRT 14ª Região – Rondônia e Acre

IDJus TRT 14ª Região

Ano-base: 2013

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	93,53%	18,3	Despesas	18,5	Gestão Orçamentária	26,0	41,5
Custo médio do Processo	R\$ 6.777,93	18,7					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	7,89%	1,6	Receitas	33,5	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 534,47	65,5					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	88,73%	84,0	Recursos Humanos	77,8	Gestão de Recursos	76,3	
Percentual de Servidores Efetivos	82,11%	70,1					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	60,54%	40,4					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,46	83,4					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,57	92,1					
Taxa de Igualdade de Servidor da área judiciária por Magistrado	1,23	97,1					
Porte baseado em Tecnologia	18,72%	93,6	Tecnologia	74,8	Peso: 25%		
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	33,4					
Porte baseado em Automação	15,48%	77,4					
Porte baseado em Governança de TI	16,40%	82,0					
Porte baseado em Capacitação em TI	17,50%	87,5					
Taxa de Congestionamento	56,54%	43,5	Litigiosidade	52,7	Gestão de Processos	31,8	
Índice de Atraso	1,14	80,5					
Taxa de Atendimento da Demanda	86,32%	34,2					
Produtividade Média por Magistrado	569	9,0	Produtividade	10,9	Peso: 50%		
Produtividade Média por Servidor	80	12,9					

xvi. TRT 15ª Região - Campinas

IDJus TRT 15ª Região

Ano-base: 2013

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	93,63%	18,0	Despesas	43,0	Gestão Orçamentária	40,4	52,0
Custo médio do Processo	R\$ 2.101,91	67,9					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	34,30%	6,9	Receitas	37,8	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 720,99	68,6					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	95,07%	93,0	Recursos Humanos	81,1	Gestão de Recursos	76,5	
Percentual de Servidores Efetivos	66,43%	43,9					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	87,02%	80,4					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,47	83,6					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,95	99,4					
Taxa de Igualdade de Servidor da área judiciária por Magistrado	2,03	86,3	Tecnologia	71,9	Peso: 25%		
Porte baseado em Tecnologia	19,36%	96,8					
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	33,4					
Porte baseado em Automação	15,48%	77,4					
Porte baseado em Governança de TI	14,59%	73,0					
Porte baseado em Capacitação em TI	15,83%	79,2	Litigiosidade	58,0	Gestão de Processos	45,5	
Taxa de Congestionamento	57,98%	42,0					
Índice de Atraso	1,50	72,0					
Taxa de Atendimento da Demanda	113,82%	60,0	Produtividade	33,1	Peso: 50%		
Produtividade Média por Magistrado	1.313	32,0					
Produtividade Média por Servidor	168	34,1					

xvii. TRT 16ª Região - Maranhão

IDJus TRT 16ª Região

Ano-base: 2013

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	93,02%	19,8	Despesas	37,6	Gestão Orçamentária	36,5	44,0
Custo médio do Processo	R\$ 2.834,07	55,4					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	20,97%	4,2	Receitas	35,4	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 594,40	66,6					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	93,10%	90,2	Recursos Humanos	69,2	Gestão de Recursos	69,9	
Percentual de Servidores Efetivos	57,33%	28,6					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	73,45%	59,9					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,18	74,7					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,61	92,9					
Taxa de Igualdade de Servidor da área judiciária por Magistrado	3,32	68,9					
Porte baseado em Tecnologia	17,31%	86,6	Tecnologia	70,6	Peso: 25%		
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	33,4					
Porte baseado em Automação	15,48%	77,4					
Porte baseado em Governança de TI	15,32%	76,6					
Porte baseado em Capacitação em TI	15,83%	79,2					
Taxa de Congestionamento	65,35%	34,7	Litigiosidade	44,4	Gestão de Processos	34,9	
Índice de Atraso	1,67	68,0					
Taxa de Atendimento da Demanda	82,28%	30,4	Produtividade	25,4	Peso: 50%		
Produtividade Média por Magistrado	1.023	23,0					
Produtividade Média por Servidor	142	27,8					

xviii. TRT 17ª Região – Espírito Santo

IDJus TRT 17ª Região

Ano-base: 2013

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus	
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	89,48%	29,8	Despesas	38,2	Gestão Orçamentária	38,7	48,4	
Custo médio do Processo	R\$ 3.488,14	46,6						
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	29,37%	5,9	Receitas	39,1				
Arrecadação Média Processual	R\$ 1.024,50	72,3						
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	94,12%	91,6	Recursos Humanos	75,5	Gestão de Recursos	70,2		
Percentual de Servidores Efetivos	62,66%	37,6						
Percentual de Servidores da Área Judiciária	74,74%	61,8						
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,50	84,6						
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	1,21	96,5						
Taxa de Igualdade de Servidor da área judiciária por Magistrado	2,42	81,0						
Porte baseado em Tecnologia	12,82%	64,1	Tecnologia	64,8				Peso: 25%
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	33,4						
Porte baseado em Automação	14,19%	71,0						
Porte baseado em Governança de TI	15,32%	76,6						
Porte baseado em Capacitação em TI	15,83%	79,2						
Taxa de Congestionamento	45,74%	54,3	Litigiosidade	64,0	Gestão de Processos	42,3		
Índice de Atraso	0,88	86,6						
Taxa de Atendimento da Demanda	104,27%	51,0						
Produtividade Média por Magistrado	975	21,5	Produtividade	20,6				Peso: 50%
Produtividade Média por Servidor	108	19,7						

xix. TRT 18ª Região - Goiás

IDJus TRT 18ª Região

Ano-base: 2013

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	85,03%	42,4	Despesas	47,4	Gestão Orçamentária	40,3	51,6
Custo médio do Processo	R\$ 3.045,35	52,3					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	14,60%	2,9	Receitas	33,2	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 444,61	63,5					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	92,73%	89,7	Recursos Humanos	73,2	Gestão de Recursos	73,0	
Percentual de Servidores Efetivos	64,12%	40,0					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	68,98%	53,1					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,31	78,7					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,73	95,2					
Taxa de Igualdade de Servidor da área judiciária por Magistrado	2,32	82,4					
Porte baseado em Tecnologia	14,87%	74,4	Tecnologia	72,9	Peso: 25%		
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	13,33%	66,7					
Porte baseado em Automação	15,48%	77,4					
Porte baseado em Governança de TI	14,59%	73,0					
Porte baseado em Capacitação em TI	14,58%	72,9					
Taxa de Congestionamento	37,48%	62,5	Litigiosidade	67,0	Gestão de Processos	46,5	
Índice de Atraso	0,57	94,0					
Taxa de Atendimento da Demanda	97,38%	44,6					
Produtividade Média por Magistrado	1.131	26,4	Produtividade	26,1	Peso: 50%		
Produtividade Média por Servidor	133	25,8					

xx. TRT 19ª Região - Alagoas

IDJus TRT 19ª Região

Ano-base: 2013

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	87,93%	34,2	Despesas	46,5	Gestão Orçamentária	38,5	51,4
Custo médio do Processo	R\$ 2.614,47	58,7					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	10,75%	2,2	Receitas	30,4	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 280,95	58,7					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	94,23%	91,8	Recursos Humanos	69,9	Gestão de Recursos	72,8	
Percentual de Servidores Efetivos	59,56%	32,4					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	73,31%	59,7					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,13	73,1					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,40	89,0					
Taxa de Igualdade de Servidor da área judiciária por Magistrado	2,99	73,4					
Porte baseado em Tecnologia	17,82%	89,1	Tecnologia	75,7	Peso: 25%		
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	33,4					
Porte baseado em Automação	15,48%	77,4					
Porte baseado em Governança de TI	18,20%	91,0					
Porte baseado em Capacitação em TI	17,50%	87,5					
Taxa de Congestionamento	50,44%	49,6	Litigiosidade	63,8	Gestão de Processos	47,2	
Índice de Atraso	1,15	80,3					
Taxa de Atendimento da Demanda	115,65%	61,7					
Produtividade Média por Magistrado	1.323	32,3	Produtividade	30,5	Peso: 50%		
Produtividade Média por Servidor	146	28,7					

xxi. TRT 20ª Região - Sergipe

IDJus TRT 20ª Região

Ano-base: 2013

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	93,16%	19,4	Despesas	31,9	Gestão Orçamentária	31,1	46,6
Custo médio do Processo	R\$ 3.680,43	44,4					
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	7,99%	1,6	Receitas	30,4	Peso: 25%		
Arrecadação Média Processual	R\$ 294,20	59,2					
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	100,00%	100,0	Recursos Humanos	71,7	Gestão de Recursos	69,6	
Percentual de Servidores Efetivos	67,97%	46,4					
Percentual de Servidores da Área Judiciária	50,46%	25,2					
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,23	76,0					
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,31	87,1					
Taxa de Igualdade de Servidor da área judiciária por Magistrado	1,35	95,5					
Porte baseado em Tecnologia	17,18%	85,9	Tecnologia	67,5	Peso: 25%		
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	33,4					
Porte baseado em Automação	15,48%	77,4					
Porte baseado em Governança de TI	14,59%	73,0					
Porte baseado em Capacitação em TI	13,54%	67,7					
Taxa de Congestionamento	51,14%	48,9	Litigiosidade	60,8	Gestão de Processos	42,9	
Índice de Atraso	1,10	81,6					
Taxa de Atendimento da Demanda	105,31%	52,0					
Produtividade Média por Magistrado	913	19,6	Produtividade	25,0	Peso: 50%		
Produtividade Média por Servidor	153	30,5					

xxii. TRT 21ª Região – Rio Grande do Norte

IDJus TRT 21ª Região

Ano-base: 2013

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus	
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	94,66%	15,1	Despesas	30,0	Gestão Orçamentária	34,7	46,2	
Custo médio do Processo	R\$ 3.640,47	44,8						
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	29,28%	5,9	Receitas	39,3				
Arrecadação Média Processual	R\$ 1.065,98	72,7						
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	91,07%	87,3	Recursos Humanos	73,0	Gestão de Recursos	75,7		
Percentual de Servidores Efetivos	61,83%	36,2						
Percentual de Servidores da Área Judiciária	81,30%	71,7						
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,20	75,3						
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,59	92,5						
Taxa de Igualdade de Servidor da área judiciária por Magistrado	2,88	74,9						
Porte baseado em Tecnologia	16,54%	82,7	Tecnologia	78,4				Peso: 25%
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	13,33%	66,7						
Porte baseado em Automação	15,48%	77,4						
Porte baseado em Governança de TI	16,40%	82,0						
Porte baseado em Capacitação em TI	16,67%	83,4						
Taxa de Congestionamento	62,03%	38,0	Litigiosidade	54,7	Gestão de Processos	37,2		
Índice de Atraso	1,76	66,0						
Taxa de Atendimento da Demanda	113,96%	60,1						
Produtividade Média por Magistrado	1.015	22,8	Produtividade	19,8			Peso: 50%	
Produtividade Média por Servidor	96	16,8						

xxiii. TRT 22ª Região - Piauí

IDJus TRT 22ª Região

Ano-base: 2013

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus	
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	67,03%	93,4	Despesas	62,0	Gestão Orçamentária	46,1	44,7	
Custo médio do Processo	R\$ 5.117,54	30,5						
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	5,72%	1,2	Receitas	30,2				
Arrecadação Média Processual	R\$ 292,63	59,1						
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	94,59%	92,3	Recursos Humanos	71,5	Gestão de Recursos	71,8		
Percentual de Servidores Efetivos	56,23%	26,8						
Percentual de Servidores da Área Judiciária	73,49%	60,0						
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,25	76,6						
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,60	92,7						
Taxa de Igualdade de Servidor da área judiciária por Magistrado	2,44	80,8						
Porte baseado em Tecnologia	17,69%	88,5	Tecnologia	72,1				Peso: 25%
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	33,4						
Porte baseado em Automação	15,48%	77,4						
Porte baseado em Governança de TI	16,40%	82,0						
Porte baseado em Capacitação em TI	15,83%	79,2						
Taxa de Congestionamento	60,32%	39,7	Litigiosidade	46,1	Gestão de Processos	30,5		
Índice de Atraso	0,99	84,1						
Taxa de Atendimento da Demanda	65,45%	14,6						
Produtividade Média por Magistrado	765	15,0	Produtividade	14,9			Peso: 50%	
Produtividade Média por Servidor	88	14,8						

xxiv. TRT 23ª Região – Mato Grosso

IDJus TRT 23ª Região

Ano-base: 2013

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus		
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	88,93%	31,4	Despesas	42,4	Gestão Orçamentária	38,9	51,0		
Custo médio do Processo	R\$ 2.971,92	53,4							
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	20,60%	4,2	Receitas	35,5					
Arrecadação Média Processual	R\$ 612,13	66,9							
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	91,86%	88,4	Recursos Humanos	77,5	Gestão de Recursos	76,7			
Percentual de Servidores Efetivos	77,99%	63,2							
Percentual de Servidores da Área Judiciária	75,16%	62,5							
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,33	79,4							
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	1,04	99,8							
Taxa de Igualdade de Servidor da área judiciária por Magistrado	3,10	71,8							
Porte baseado em Tecnologia	16,54%	82,7	Tecnologia	75,9				Peso: 25%	
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	13,33%	66,7							
Porte baseado em Automação	15,48%	77,4							
Porte baseado em Governança de TI	16,40%	82,0							
Porte baseado em Capacitação em TI	14,17%	70,9							
Taxa de Congestionamento	38,42%	61,6	Litigiosidade	70,9	Gestão de Processos	44,2			
Índice de Atraso	0,76	89,7							
Taxa de Atendimento da Demanda	115,28%	61,3							
Produtividade Média por Magistrado	798	16,1	Produtividade	17,5				Peso: 50%	
Produtividade Média por Servidor	105	18,9							

xxv. TRT 24ª Região – Mato Grosso do Sul

IDJus TRT 24ª Região

Ano-base: 2013

Indicadores Primários	Valor Indicador	Indicador Normalizado	Tema	Valor Tema	Dimensão	Valor Dimensão	IDJus	
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	92,05%	22,5	Despesas	32,1	Gestão Orçamentária	35,1	45,6	
Custo médio do Processo	R\$ 3.922,81	41,7						
Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça	24,00%	4,8	Receitas	38,1				
Arrecadação Média Processual	R\$ 941,37	71,4						
Percentual de Cargos de Magistrado ocupados	92,19%	88,9	Recursos Humanos	74,5	Gestão de Recursos	73,1		
Percentual de Servidores Efetivos	67,57%	45,8						
Percentual de Servidores da Área Judiciária	74,36%	61,3						
Taxa de Igualdade Processual por Servidor	0,30	78,4						
Taxa de Igualdade Processual por Magistrado	0,88	98,1						
Taxa de Igualdade de Servidor da área judiciária por Magistrado	2,90	74,6						
Porte baseado em Tecnologia	18,21%	91,1	Tecnologia	71,8				Peso: 25%
Porte baseado em Força de Trabalho mínima	6,67%	33,4						
Porte baseado em Automação	15,48%	77,4						
Porte baseado em Governança de TI	18,92%	94,6						
Porte baseado em Capacitação em TI	12,50%	62,5						
Taxa de Congestionamento	47,15%	52,8	Litigiosidade	59,0	Gestão de Processos	37,0		
Índice de Atraso	0,73	90,4						
Taxa de Atendimento da Demanda	85,73%	33,6						
Produtividade Média por Magistrado	730	14,0	Produtividade	15,0				Peso: 50%
Produtividade Média por Servidor	93	16,0						

6. Glossário

6.1 INDICADORES DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1.1 Despesas

i. Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça

Objetivo: Medir o quanto a despesa com recursos humanos representa em relação à despesa total de cada tribunal

Fórmula:

$$G_3 = \frac{DRH}{Dpj}$$

Nomenclatura:

DRH - Despesas com Recursos Humanos

Dpj - Despesa Total da Justiça

Elaboração: Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ)/CNJ

Fonte: [Justiça em Números 2013 - CNJ](#)

ii. Custo médio do Processo

Objetivo: Medir a despesa média de cada tribunal por processo baixado.

Fórmula:

$$Custo_m = \frac{Dpj}{Tbaix}$$

Nomenclatura:

Dpj - Despesa Total da Justiça

TBaix - Total de Processos Baixados

Justiça Estadual: Total de Processos Baixados no 2º Grau (Tbaix2), no 1º Grau (Tbaix1), nas Turmas Recursais (TbaixTR) e nos Juizados Especiais (TbaixJE).

Justiça Federal: Total de Processos Baixados no 2º Grau (Tbaix2), no 1º Grau (Tbaix1), nas Turmas Recursais (TbaixTR) e nos Juizados Especiais (TbaixJE) e nas Turmas Regionais de Uniformização (TbaixTRU).

Justiça do Trabalho: Total de Processos Baixados no 2º Grau (Tbaix2), no 1º Grau (Tbaix1).

Elaboração: Centro de Pesquisas sobre o Sistema de Justiça brasileiro (CPJus)/ IDP

Fonte: [Justiça em Números 2013 - CNJ](#)

6.1.2 Receitas

i. Arrecadação Total em relação à Despesa Total da Justiça

Objetivo: Indicar o que a arrecadação total do tribunal representa em relação à despesa total do tribunal.

Fórmula:

$$Rec_t = \frac{Receitas}{Dpj}$$

Nomenclatura:

Receitas – Total de Receitas

Justiça Estadual: Recolhimentos Diversos (R), Receita decorrentes de Execuções Fiscais (REF), Receitas de Impostos Causa Mortis nos inventários/arrolamentos (RICM).

Justiça Federal: Recolhimentos Diversos (R), Receita decorrentes de Execuções Fiscais (REF).

Justiça do Trabalho: Recolhimentos Diversos (R), Receita decorrentes de Execuções das Penalidades impostas pelos órgãos de Fiscalização das Relações de Trabalho (RERT), Recitas de Execução Previdenciária (RPrev), Receita de Arrecadação de Imposto de Renda (RIR)

Dpj - Despesa Total da Justiça

Elaboração: Centro de Pesquisas sobre o Sistema de Justiça brasileiro (CPJus)/ IDP

Fonte: [Justiça em Números 2013 - CNJ](#)

ii. Arrecadação Média Processual

Objetivo: Indicar a arrecadação média do tribunal por processo baixado.

Fórmula:
$$Rec_m = \frac{Receitas}{TBaix}$$

Nomenclatura:

Receitas – Total de Receitas

Justiça Estadual: Recolhimentos Diversos (R), Receita decorrentes de Execuções Fiscais (REF), Receitas de Impostos Causa Mortis nos inventários/arrolamentos (RICM).

Justiça Federal: Recolhimentos Diversos (R), Receita decorrentes de Execuções Fiscais (REF).

Justiça do Trabalho: Recolhimentos Diversos (R), Receita decorrentes de Execuções das Penalidades impostas pelos órgãos de Fiscalização das Relações de Trabalho (RERT), Recitas de Execução Previdenciária (RPrev), Receita de Arrecadação de Imposto de Renda (RIR)

TBaix - Total de Processos Baixados

Justiça Estadual: Total de Processos Baixados no 2º Grau (Tbaix2), no 1º Grau (Tbaix1), nas Turmas Recursais (TbaixTR) e nos Juizados Especiais (TbaixJE).

Justiça Federal: Total de Processos Baixados no 2º Grau (Tbaix2), no 1º Grau (Tbaix1), nas Turmas Recursais (TbaixTR) e nos Juizados Especiais (TbaixJE) e nas Turmas Regionais de Uniformização (TbaixTRU).

Justiça do Trabalho: Total de Processos Baixados no 2º Grau (Tbaix2), no 1º Grau (Tbaix1).

Elaboração: Centro de Pesquisas sobre o Sistema de Justiça brasileiro (CPJus)/ IDP

Fonte: [Justiça em Números 2013 - CNJ](#)

6.2 INDICADORES DE GESTÃO DE RECURSOS

6.2.1 Recursos Humanos

i. Percentual de Cargos de Magistrado Ocupados

Objetivo: Indicar o percentual de cargos de magistrados ocupados em relação ao total de cargos existentes no tribunal.

Fórmula: $MagOc_{\%} = \frac{MagE}{Mag}$

Nomenclatura:

MagE – Total de Cargos de Magistrados Existentes

Mag – Total de Magistrados

Elaboração: Centro de Pesquisas sobre o Sistema de Justiça brasileiro (CPJus)/ IDP

Fonte: [Justiça em Números 2013 - CNJ](#)

ii. **Percentual de Servidores Efetivos**

Objetivo: Indicar o percentual de servidores efetivos em relação ao número total de servidores do tribunal.

Fórmula:

$$TPEfet_{\%} = \frac{TPEfet}{TS}$$

Nomenclatura:

TPEfet – Total de Pessoa do Quadro Efetivo

TS – Total de Servidores

Elaboração: Centro de Pesquisas sobre o Sistema de Justiça brasileiro (CPJus)/ IDP

Fonte: [Justiça em Números 2013 - CNJ](#)

iii. Percentual de Servidores da Área Judiciária

Objetivo: Indicar o percentual de servidores da área judiciária em relação ao número de servidores do tribunal.

Fórmula:

$$TSajud_{\%} = \frac{TSajud}{TPEfet - Ced + Req + TPSV}$$

Nomenclatura:

TSajud – Total de Servidores da Área Judiciária

TPEfet – Total de Pessoa do Quadro Efetivo

Ced – Total de Servidores Cedidos

Req – Total de Servidores Requisitados

TPSV – Total de Pessoal Sem Vínculo

Elaboração: Centro de Pesquisas sobre o Sistema de Justiça brasileiro (CPJus)/ IDP

Fonte: [Justiça em Números 2013 - CNJ](#)

iv. **Taxa de Igualdade Processual por Servidor**

Objetivo: Indicar a existência de igualdade de carga de trabalho entre os servidores de 2º Grau e 1º Grau

Fórmula:

$$TEPS = \frac{(CP_{2^\circ} + CN_{2^\circ}) / SaJud_{2^\circ}}{(CP_{1^\circ} + CN_{1^\circ}) / SaJud_{1^\circ}}$$

Nomenclatura:

CP_{2º} – Casos Pendentes de Baixa no 2º Grau

CN_{2º} – Casos Novos de 2º Grau

CP_{1º} – Casos Pendentes de Baixa no 1º Grau

CN_{1º} – Casos Novos de 1º Grau

SaJud_{2º} - Número de Servidores Lotados na Área Judiciária do 2º Grau

SaJud_{1º} - Número de Servidores Lotados na Área Judiciária de 1º Grau

Elaboração: Centro de Pesquisas sobre o Sistema de Justiça brasileiro (CPJus)/ IDP

Fonte: [Justiça em Números 2013 - CNJ](#)

v. **Taxa de Igualdade Processual por Magistrado**

Objetivo: Indicar a existência de igualdade de carga de trabalho entre os magistrados de 2º Grau e 1º Grau

Fórmula:

$$TEPM = \frac{(CP_{2^\circ} + CN_{2^\circ}) / Mag_{2^\circ}}{(CP_{1^\circ} + CN_{1^\circ}) / Mag_{1^\circ}}$$

Nomenclatura:

***CP_{2º}** – Casos Pendentes de Baixa no 2º Grau*

***CN_{2º}** – Casos Novos de 2º Grau*

***CP_{1º}** – Casos Pendentes de Baixa no 1º Grau*

***CN_{1º}** – Casos Novos de 1º Grau*

***Mag_{2º}** – Total de Magistrados no 2º Grau*

***Mag_{1º}** – Total de Magistrados no 1º Grau*

Elaboração: Centro de Pesquisas sobre o Sistema de Justiça brasileiro (CPJus)/ IDP

Fonte: [Justiça em Números 2013 - CNJ](#)

vi. **Taxa de Igualdade de Servidor da Área Judiciária por Magistrado**

Objetivo: Indicar a existência de igualdade de servidores lotados nas áreas judiciárias entre os magistrados de 2º Grau e 1º Grau

Fórmula:

$$TESajudM = \frac{SaJud2^o / Mag2^o}{SaJud1^o / Mag1^o}$$

Nomenclatura:

SaJud₂ - Número de Servidores Lotados na Área Judiciária do 2º Grau

SaJud₁ - Número de Servidores Lotados na Área Judiciária de 1º Grau

Mag_{2º} - Total de Magistrados no 2º Grau

Mag_{1º} - Total de Magistrados no 1º Grau

Elaboração: Centro de Pesquisas sobre o Sistema de Justiça brasileiro (CPJus)/ IDP

Fonte: [Justiça em Números 2013 - CNJ](#)

6.2.2 Tecnologia

Todas as informações utilizadas nesse tema foram extraídas do questionário sobre Portes dos Tribunais e de Governança de Tecnologia da Informação do Conselho Nacional de Justiça. Essa pesquisa seguiu as determinações estabelecidas na [Resolução Nº 90/2009, do CNJ](#), que prevê critérios de nivelamento mínimo em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) do Poder Judiciário. Dentre os temas avaliados estão: governança de TI; infraestrutura; equipamentos; segurança da informação; pessoal de TIC; aplicativos; capacitação; comunicação de dados; processo eletrônico e telefonia.

1. Porte baseado em Tecnologia

Itens avaliados:

- *Idade média dos storages*
- *Faixa predominante de espaço de disco dos storages*
- *Faixa predominante de memória dos storages*
- *Número de impressoras*
- *Idade média das impressoras*
- *Número de Scanners*
- *Idade média dos Scanners*
- *Número de unidades judiciárias sem link de comunicação*
- *Velocidade do link de acesso à internet no Tribunal (kbps)*
- *Idade média de micros*
- *Número de micros*
- *Idade média dos Servidores*
- *Número total de unidades judiciárias da (s) capital(is) localizadas em prédios cujos links são iguais ou superiores a 2 Mbps*
- *Número total de unidades judiciárias do interior localizadas em prédios cujos links são iguais ou superiores a 2 Mbps*

2. Porte baseado em Força de trabalho mínima

O anexo I da Resolução Nº 90/2009 do CNJ estabeleceu a força de trabalho mínima recomendada para Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) do Poder Judiciário.

Itens avaliados:

- *Total de Usuários de Recursos de TIC*
- *Percentual mínimo de força de trabalho de TIC, incluindo, efetivos, comissionados e terceirizado.*
- *Número mínimo de profissionais de TIC do quadro permanente*

3. Porte baseado em Automação

Itens avaliados:

- *Os módulos de Primeiro Grau são integrados?*
- *Os módulos de Segundo Grau são integrados?*
- *Disponibilidade de informações processuais na internet Primeiro Grau*
- *Disponibilidade de informações processuais na internet Segundo Grau*
- *A integra dos atos proferidos são disponibilizados na internet 100%*
- *Utiliza a tecnologia de videoconferência para ensino à distância?*
- *Utiliza a tecnologia de videoconferência para interrogatório criminal?*
- *Total de Micros versus a soma de servidores e magistrados*

4. Porte baseado em Governança de TI

Itens avaliados:

- *Há Planejamento Estratégico para área de TIC em vigor?*
- *Há Comitê ou Comissão que decida sobre a priorização das ações e investimentos em TIC?*
- *Possui setor de Gestão Estratégica no Tribunal?*
- *Possui escritório de projeto implantado no Tribunal?*
- *Existe plano anual de capacitação nas áreas de gestão e governança de TIC?*
- *Na contratação de sistemas de informação há cláusula que determine a propriedade intelectual dos códigos fontes ou que determine o depósito dos fontes no INPI?*
- *Possui metodologia de desenvolvimento de software?*
- *Possui política de segurança implantada?*

5. Porte baseado em Capacitação em TI

Itens avaliados:

- *Pessoal de TIC capacitado em ITIL*
- *Pessoal de TIC capacitado em SOA*
- *Pessoal de TIC capacitado em gestão de projetos*
- *Pessoal de TIC capacitado em Segurança da informação*
- *Pessoal de TIC capacitado em Análise de Requisitos*
- *Pessoal de TIC capacitado em Análise em Pontos de Função*
- *Pessoal de TIC capacitado em Certificação*
- *Pessoal de TIC capacitado na Instrução normativa 04*

6.3 INDICADORES DE GESTÃO DE PROCESSOS

6.3.1 Litigiosidade

i. Taxa de Congestionamento

Objetivo: Indicar taxa de congestionamento dos tribunais, ou seja, de cada 100 processos que estão em tramitação no tribunal, quantos não foram finalizados.

Fórmula:

$$TC = 1 - \frac{TBaix}{(CN+CP)}$$

Nomenclatura:

Tbaix - Total de Processos Baixados

Justiça Estadual: Total de Processos Baixados no 2º Grau (Tbaix2), no 1º Grau (Tbaix1), nas Turmas Recursais (TbaixTR) e nos Juizados Especiais (TbaixJE).

Justiça Federal: Total de Processos Baixados no 2º Grau (Tbaix2), no 1º Grau (Tbaix1), nas Turmas Recursais (TbaixTR) e nos Juizados Especiais (TbaixJE) e nas Turmas Regionais de Uniformização (TbaixTRU).

Justiça do Trabalho: Total de Processos Baixados no 2º Grau (Tbaix2), no 1º Grau (Tbaix1).

CN - Total de Casos Novos

Justiça Estadual: Total de Casos Novos no 2º Grau (Cn2), no 1º Grau (Cn1), nas Turmas Recursais (CnTR) e nos Juizados Especiais (CnJE).

Justiça Federal: Total de Casos Novos no 2º Grau (Cn2), no 1º Grau (Cn1), nas Turmas Recursais (CnTR) e nos Juizados Especiais (CnJE) e nas Turmas Regionais de Uniformização (CnTRU).

Justiça do Trabalho: Total de Casos Novos no 2º Grau (Cn2), no 1º Grau (Cn1).

CP - Total de Casos Pendentes

Justiça Estadual: Total de Processos Pendentes no 2º Grau (Cp2), no 1º Grau (Cp1), nas Turmas Recursais (CpTR) e nos Juizados Especiais (CpJE).

Justiça Federal: Total de Processos Pendentes no 2º Grau (Cp2), no 1º Grau (Cp1), nas Turmas Recursais (CpTR) e nos Juizados Especiais (CpJE) e nas Turmas Regionais de Uniformização (CpTRU).

Justiça do Trabalho: Total de Processos Pendentes no 2º Grau (Cp2), no 1º Grau (Cp1).

Elaboração: Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ)/CNJ

Fonte: [Justiça em Números 2013 - CNJ](#)

ii. Índice de Atraso

Objetivo: Indicar o número de anos que o tribunal necessitaria para eliminar todos os casos pendentes, interrompida a entrada de casos novos e mantida constante a taxa de atendimento da demanda.

Fórmula:

$$IA = \frac{CP}{Tbaix}$$

Nomenclatura:

CP – Total de Casos Pendentes

Justiça Estadual: Total de Processos Pendentes no 2º Grau (Cp2), no 1º Grau (Cp1), nas Turmas Recursais (CpTR) e nos Juizados Especiais (CpJE).

Justiça Federal: Total de Processos Pendentes no 2º Grau (Cp2), no 1º Grau (Cp1), nas Turmas Recursais (CpTR) e nos Juizados Especiais (CpJE) e nas Turmas Regionais de Uniformização (CpTRU).

Justiça do Trabalho: Total de Processos Pendentes no 2º Grau (Cp2), no 1º Grau (Cp1).

Tbaix - Total de Processos Baixados

Justiça Estadual: Total de Processos Baixados no 2º Grau (Tbaix2), no 1º Grau (Tbaix1), nas Turmas Recursais (TbaixTR) e nos Juizados Especiais (TbaixJE).

Justiça Federal: Total de Processos Baixados no 2º Grau (Tbaix2), no 1º Grau (Tbaix1), nas Turmas Recursais (TbaixTR) e nos Juizados Especiais (TbaixJE) e nas Turmas Regionais de Uniformização (TbaixTRU).

Justiça do Trabalho: Total de Processos Baixados no 2º Grau (Tbaix2), no 1º Grau (Tbaix1).

Elaboração: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

Fonte: [Justiça em Números 2013 - CNJ](#)

iii. Taxa de Atendimento da Demanda

Objetivo: Indicar o percentual da demanda que foi finalizado em relação aos processos que ingressaram, no mesmo ano, em cada tribunal.

Fórmula:

$$TAD = \frac{TBaix}{CN}$$

Nomenclatura:

TBaix - Total de Processos Baixados

Justiça Estadual: Total de Processos Baixados no 2º Grau (TBaix2), no 1º Grau (TBaix1), nas Turmas Recursais (TBaixTR) e nos Juizados Especiais (TBaixJE).

Justiça Federal: Total de Processos Baixados no 2º Grau (TBaix2), no 1º Grau (TBaix1), nas Turmas Recursais (TBaixTR) e nos Juizados Especiais (TBaixJE) e nas Turmas Regionais de Uniformização (TBaixTRU).

Justiça do Trabalho: Total de Processos Baixados no 2º Grau (TBaix2), no 1º Grau (TBaix1).

CN - Total de Casos Novos

Justiça Estadual: Total de Casos Novos no 2º Grau (Cn2), no 1º Grau (Cn1), nas Turmas Recursais (CnTR) e nos Juizados Especiais (CnJE).

Justiça Federal: Total de Casos Novos no 2º Grau (Cn2), no 1º Grau (Cn1), nas Turmas Recursais (CnTR) e nos Juizados Especiais (CnJE) e nas Turmas Regionais de Uniformização (CnTRU).

Justiça do Trabalho: Total de Casos Novos no 2º Grau (Cn2), no 1º Grau (Cn1).

Elaboração: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

Fonte: [Justiça em Números 2013 - CNJ](#)

6.3.2 Produtividade

i. Produtividade Média por Magistrado

Objetivo: Indicar a produtividade média dos magistrados do tribunal.

Fórmula:

$$Prod_{mag} = \frac{TBaix}{Mag}$$

Nomenclatura:

TBaix - Total de Processos Baixados

Justiça Estadual: Total de Processos Baixados no 2º Grau (*Tbaix2*), no 1º Grau (*Tbaix1*), nas Turmas Recursais (*TbaixTR*) e nos Juizados Especiais (*TbaixJE*).

Justiça Federal: Total de Processos Baixados no 2º Grau (*Tbaix2*), no 1º Grau (*Tbaix1*), nas Turmas Recursais (*TbaixTR*) e nos Juizados Especiais (*TbaixJE*) e nas Turmas Regionais de Uniformização (*TbaixTRU*).

Justiça do Trabalho: Total de Processos Baixados no 2º Grau (*Tbaix2*), no 1º Grau (*Tbaix1*).

Mag – Total de Magistrados

Elaboração: Centro de Pesquisas sobre o Sistema de Justiça brasileiro (CPJus)/ IDP

Fonte: [Justiça em Números 2013 - CNJ](#)

ii. Produtividade Média por Servidor

Objetivo: Indicar a produtividade média dos servidores da área judiciária do tribunal.

Fórmula:
$$Prod_{sajud} = \frac{TBaix}{SaJud}$$

Nomenclatura:

TBaix - Total de Processos Baixados

Justiça Estadual: Total de Processos Baixados no 2º Grau (*Tbaix2*), no 1º Grau (*Tbaix1*), nas Turmas Recursais (*TbaixTR*) e nos Juizados Especiais (*TbaixJE*).

Justiça Federal: Total de Processos Baixados no 2º Grau (*Tbaix2*), no 1º Grau (*Tbaix1*), nas Turmas Recursais (*TbaixTR*) e nos Juizados Especiais (*TbaixJE*) e nas Turmas Regionais de Uniformização (*TbaixTRU*).

Justiça do Trabalho: Total de Processos Baixados no 2º Grau (*Tbaix2*), no 1º Grau (*Tbaix1*).

SaJud – Total de Servidores Lotados na Área Judiciária

Elaboração: Centro de Pesquisas sobre o Sistema de Justiça brasileiro (CPJus)/ IDP

Fonte: [Justiça em Números 2013 - CNJ](#)

7. Bibliografia

BARROS, Ricardo Paes de; CARVALHO, Mirela de; FRANCO, Samuel. *O Índice De Desenvolvimento da Família* (IDF). Rio de Janeiro: IPEA, out/2003. 20p. (Texto para Discussão nº 986). Disponível em: www.ipea.gov.br/pub/td/2003/td_0986.pdf

CASTRO, A S. Indicadores Básicos e Desempenho da Justiça Estadual de Primeiro Grau. Brasília: IPEA, 2011 (Texto para Discussão, 1609). Disponível em: www.ipea.gov.br/pub/td/2003/td_1609.pdf

CIDE. Fundação Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro. *IQM — Índice de Qualidade dos Municípios, 1998*. Rio de Janeiro, 1998.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). **Banco de dados do Sistema de Estatísticas do Poder Judiciário**. Conselho Nacional de Justiça - Departamento de Pesquisas Judiciárias, Brasília, dezembro, 2012. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/programas-de-a-a-z/eficiencia-modernizacao-e-transparencia/pj-justica-em-numeros/2013-01-04-19-13-21>

_____. **Justiça em Números 2011 – Relatório Justiça Estadual**. Conselho Nacional de Justiça - Departamento de Pesquisas Judiciárias, Brasília, novembro, 2012. Disponível em: http://www.cnj.jus.br/images/pesquisas-judiciarias/Publicacoes/rel_completo_estadual.pdf

_____. **Justiça em Números 2011 – Relatório Justiça Federal**. Conselho Nacional de Justiça - Departamento de Pesquisas Judiciárias, Brasília, novembro, 2012. Disponível em: http://www.cnj.jus.br/images/pesquisas-judiciarias/Publicacoes/rel_completo_federal.pdf

_____. **Justiça em Números 2011 – Relatório Justiça do Trabalho**. Conselho Nacional de Justiça - Departamento de Pesquisas Judiciárias, Brasília, novembro, 2012. Disponível em: http://www.cnj.jus.br/images/pesquisas-judiciarias/Publicacoes/rel_completo_trabalho.pdf

_____. **Justiça em Números 2010 – Relatório Justiça Estadual**. Conselho Nacional de Justiça - Departamento de Pesquisas Judiciárias, Brasília, setembro,

2011. Disponível em: http://www.cnj.jus.br/images/pesquisas-judiciarias/Publicacoes/relat_estadual_jn2010.pdf

_____. **Justiça em Números 2010 – Relatório Justiça Federal.** Conselho Nacional de Justiça - Departamento de Pesquisas Judiciárias, Brasília, setembro, 2011. Disponível em: http://www.cnj.jus.br/images/pesquisas-judiciarias/Publicacoes/relat_federal_jn2010.pdf.

_____. **Justiça em Números 2010 – Relatório Justiça do Trabalho.** Conselho Nacional de Justiça - Departamento de Pesquisas Judiciárias, Brasília, setembro, 2011. Disponível em: http://www.cnj.jus.br/images/pesquisas-judiciarias/Publicacoes/relat_trabalho_jn2010.pdf.

_____. **Justiça em Números 2009:** Indicadores do Poder Judiciário - Panorama do Judiciário brasileiro. Brasília, setembro de 2010. Disponível em: http://www.cnj.jus.br/images/programas/justica-em-numeros/rel_sintetico_jn2009.pdf.

_____. **Justiça em números 2008 - variáveis e indicadores do Poder Judiciário.** Technical report, Conselho Nacional de Justiça - Departamento de Pesquisas Judiciárias, Brasília, Junho, 2009. Disponível em: http://www.cnj.jus.br/images/stories/docs_cnj/relatorios/justica_em_numeros_2008.pdf.

F.CIDE. **Índice de Qualidade Municipal: carências.** Rio de Janeiro, 2001.

F.SEADE. **Índice Paulista de Vulnerabilidade Social.** São Paulo, 2004.

GUIMARÃES, J.R.S e JANNUZZI, P.M. IDH, Indicadores sintéticos e suas aplicações em políticas públicas: uma análise crítica. **Revista Brasileira. Est. Urbanos e Regionais**, Salvador, 2005

JANNUZZI, P.M. **Indicadores Sociais na avaliação e formulação de políticas.** Rio de Janeiro, 2004.

JANNUZZI, P.M. **Indicadores sociais no Brasil.** Campinas: Alínea/Puc-Campinas, 2001.

JOLLANDS, N. How to aggregate sustainable development indicators: a proposed framework and its application. *Int. J. Agriculture Resources, Governance and Ecology*. v. 5, n. 1, p. 1834. 2006.

MUNDA, G. and Nardo, M. *Constructing Consistent Composite Indicators: the Issue of Weights*, Joint Research Centre, Ispra, 2005.

MINISTRA Pedra 90 dos jurisdicionados. Disponível em: http://petronioalves.blogspot.com.br/2012_01_01_archive.html Acesso em: 30 nov. 2014.

NARDO, M., Saisana, M., Saltelli, A., Tarantola, S., Hoffman, A., & Giovannini, E. *OECD/JRC Handbook on constructing composite indicators: methodology and user guide*. OECD Statistics Working Paper, Paris, 2008.

SALTELLI, A. et. al. *Composite indicators - the controversy and the way forward*. Palermo, **OECD World Forum on Key Indicators**. 2004. Disponível em: <http://www.oecd.org/dataoecd/40/50/33841312.doc>.

THE WORLD BANK. ***Making justice count: measuring and improving judicial performance in Brazil***. The World Bank, Washington, D.C., 2005.

TORRES, H.G.; FERREIRA, M.P.; DINI, N.P. Indicadores Sociais: por que construir indicadores como o IPRS. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, Fundação Seade v.17, n.3-4, 2003.

UNITED NATIONS FOR DEVELOPMENT PROGRAM (UNDP). *Human Development Report 1990*. New York: Oxford University, 1990.